

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E
NOVAS TECNOLOGIAS**

EMANUELE BITTENCOURT MARTINS

**UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO CULTURAL
CAIÇARA**

**CURITIBA
2021**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

EMANUELE BITTENCOURT MARTINS

UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO CULTURAL CAIÇARA

**CURITIBA
2021**

EMANUELE BITTENCOURT MARTINS

UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO CULTURAL CAIÇARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Germano Bruno Afonso (In memorian)

**CURITIBA
2021**

M386u Martins, Emanuele Bittecourt
Utilização das redes sociais na educação cultural Caiçara
/ Emanuele Bittecourt Martins. – Curitiba, 2021.
75 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Dr. Germano Bruno Afonso (In memoriam)
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e
Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
UNINTER.

1. Plataformas digitais. 2. Tecnologia educacional. 3. TikTok
– Educação. 4. Comunicações digitais – Redes sociais online. 5.
COVID 19 (Doença) – Comunicações digitais. 6. Comunidades
Caiçara. I. Título.

CDD 370

Catálogo na fonte: Célia Regina Pinheiro Vasques - CRB-9/1180



uninter.com | 0800 702 0500

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 020/2021

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 7 de outubro de 2021, às 13h45 reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Luana Priscila Wunsch (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER), Wiviany Mattozo de Araujo Ranzi (Integrante Externo/UFPR e UP), Marcia Maria Fernandes de Oliveira (Integrante Interno Titular-PPGENT/UNINTER), Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Integrante Interno Suplente-PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: "UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO CULTURA CAIÇARA", da mestrande Emanuele Bittencourt Martins. A presidente abriu a sessão apresentando as professoras membros da banca, passando a palavra em seguida à mestrande, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestrande foi:

- (x) APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADA.



uninter.com | 0800 702 0500

A Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora. Recomendações: a mestranda deverá fazer as correções indicadas pela banca.

Dr. Luana Priscila Wunsch
Presidente da Banca

P/ Dra. Wiviany Mattozo de Araujo Ranzi
Integrante Externo

Dra. Marcia Maria Fernandes de Oliveira
Integrante Interno Titular

Emanuele Bittencourt Martins
Mestranda

Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Integrante Interno Suplente

AGRADECIMENTOS

Todo o projeto não seria desenvolvido sem o auxílio e ajuda de outras pessoas que devem ter como prioridade o nome constado neste trabalho, em forma de agradecimento.

Em primeiro quero agradecer quem tornou realidade minha entrada dentro do curso de mestrado me mostrando a importância de seguir meu sonho; Obrigada especial ao coronel Rui Noé Barrosos Torres.

Não poderia deixar de agradecer a minha mãe Neuza e aos meus filhos Giovana, Miguel, Valentina e Lourdes, por compreenderem minha ausência e estarem ao meu lado.

Por fim, porém não menos importante quero aproveitar a oportunidade e deixar meus votos de gratidão aos meus professores do mestrado que prontamente largaram seus afazeres para atenderem minhas dúvidas, em especial ao meu orientador Germano Bruno Afonso por acreditar no meu potencial.

“Educação é tudo aquilo que fica quando
esquecemos o que a escola nos ensinou”
(Albert Einstein).

RESUMO

Este trabalho apresenta e analisa os potenciais usos e motivações das redes sociais na educação, com especial ênfase aos jovens de comunidades tradicionais. De cunho qualitativo, é parte integrante dos projetos de pesquisa “Ciência, Tecnologia e Interculturalidade e Novas Tecnologias na Educação e “Perspectivas Inovadoras, Híbridas e Ativas no contexto educacional pandêmico 2020”. Tem como objetivo mostrar como as redes sociais podem ser utilizadas como dinamizadoras de aprendizagem significativa para crianças/adolescentes/estudante para o repasse das lendas e folclore da Cultura Caiçara. Para tal, está estruturado em três fases metodológicas: Revisão de Literatura sobre a comunidade caiçara enquanto espaço educador; Organização e aplicação de coleta de dados no litoral paranaense focado no universo caiçara; Estruturação de um protótipo de aplicabilidades pedagógicas para a utilização do *TikTok* como fonte de divulgação educacional do universo caiçara. Durante a pesquisa, foi percebido que este tipo de acesso, em especial para comunidades não centrais, como as caiçaras, é necessário ter as tecnologias disponíveis para tornar-se um modo empolgante para acessar o conteúdo, devendo ser atualizado rapidamente para fornecer informações mais recentes, com as vantagens de custos baixos e a possibilidade de estudarem em seu próprio tempo e espaço. Fazendo surgir, portanto, um produto de aplicabilidade pedagógica centrado em apresentar, a partir da experiência vivenciada, roteirizar, filmar, editar e compartilhar o material. Para utilizar uma ferramenta para fins educacionais é preciso ter em mente que o que a diferencia das demais ferramentas é o seu propósito, como será incluída no planejamento, no movimento, do tema a ser trabalhado.

Palavras-chave: *TikTok*, Educação, Organização Pedagógica das TIC, Comunidades Caiçara.

ABSTRACT

This work presents and analyzes the potential uses and motivations of online social networks in education, with special emphasis on young people from traditional communities. Qualitative in nature, and an integral part of the research projects “Science, Technology and Interculturality and New Technologies in Education and “Innovative, Hybrid and Active Perspectives in the 2020 pandemic educational context”, it aims to show how social networks can be used as dynamizers for learning for children / teenagers / student for children / teenagers / student for the legends and folklore of the Caiçara Culture. To this end, it is structured in three methodological phases: Literature review on the Caiçara community as an educational space; Organization and application of data collection on the coast of Paraná focused on the caiçara universe; Structuring of a prototype of pedagogical applicability for the use of *TikTok* as a source of educational dissemination of the caiçara universe. During a survey, it was noticed that this type of access, especially for non-core communities such as caiçaras, is necessary to have the technologies available to become an exciting way to access content, and should be updated quickly to provide more recent information, with the advantages of low costs and the possibility of studying in their own time and space. Therefore, a product with pedagogical applicability emerged, centered on presenting, from the lived experience, a development itinerary for the production of videos, structured in scripting, filming, editing and sharing. To use a tool for educational purposes, it is necessary to keep in mind that what is different from other tools is its purpose, as it will be included in the planning, in the movement, of the theme to be worked on.

Keywords: *TikTok*, Education, Pedagogical Organization of ICT, Caiçara Communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A comunidade caiçara envolve:.....	19
Figura 2: Imagem do perfil TikTok – Saci Pererê 2021	31
Figura 3: Mundo Caiçara.....	32
Figura 4: Vídeo 1 – O homem lobo? Lobo homem?	33
Figura 5: Vídeo 2 – Dinheiro do Peixe Morto.....	33
Figura 6: Vídeo 3 – Dinheiro do Peixe Morto – Parte II	33
Figura 7: Vídeo 4 – Sítio das Almas	34
Figura 8: Vídeo 5 – Sítio das Almas – Parte II.....	34
Figura 9: Vídeo 6 – Merda da Lua.....	34
Figura 10: Vídeo 7 – Merda da Lua – parte II.....	35
Figura 11: Vídeo 8 – pé redondo.....	35
Figura 12: Vídeo 9 – pé redondo – parte II.....	35
Figura 13: O digital ao redor do mundo	39
Figura 14: Modalidades de ensino - TikTok.....	42
Figura 15: Itinerário de produção pedagógica - TikTok	43
Figura 16: TikTok - Roteirizar	44
Figura 17: SAMR	45
Figura 18: TPACK (com TikTok)	48
Figura 19: TikTok - Filmar	49
Figura 20: TikTok - Editorar.....	51
Figura 21: TikTok - Compartilhar.....	52
Figura 22: TikTok – Itinerário pedagógico completo	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: SAMR.....	46
----------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pesquisa de campo	27
Gráfico 2: Respostas dos jovens.....	36

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA: COMUNIDADE CAIÇARA COMO ESPAÇO EDUCADOR	16
3. ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE COLETA DE DADOS NO LITORAL PARANAENSE FOCADO NO UNIVERSO CAIÇARA	24
3.1 Visita às ilhas	25
3.2 Organização, aplicação e divulgação de um perfil caiçara no <i>Tiktok</i>	30
3.2.1 Nome e imagem de perfil.....	30
4. CONSIDERAÇÕES E UM PRODUTO DE APLICABILIDADE PEDAGÓGICA: MUNDO CAIÇARA - PROTÓTIPO DE UTILIZAÇÃO DO TIKTOK NA EDUCAÇÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	555

1 - INTRODUÇÃO

A alteração do trabalho teve que ser realizada para finalização após o ano de 2020, onde a pandemia do coronavírus fez com que a realidade mundial fosse alterada. No Brasil trouxe mudanças impactantes sobre a educação e internet. O processo educacional de todos os graus foi afetado e as aulas entraram em formato EAD.

Neste sentido, Barbosa (2021)¹ afirmou que “o grande desafio foi garantir a disponibilidade de dispositivos digitais para uso pedagógico, tanto no que diz respeito à presença de equipamentos quanto à quantidade e condição de conectividade desses dispositivos”.

Com as restrições de saída de dentro das residências, o envolvimento do jovem com as novas tecnologias, entre elas os aparelhos celulares, ficaram ainda mais indispensáveis e, nesse contexto, dá-se destaque para as redes sociais. Segundo a pesquisa *TIC Kids (2020)*², realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, mais de 24 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos são usuários de internet o que corresponde a quase 90% de todo o público brasileiro desta faixa etária. Dado este que não pode ficar alheio ao refletir sobre a questão o papel das tecnologias na aprendizagem (atual).

Sob este sentido, faz-se necessário pensar a tecnologia como pressuposto de planejamento, desenvolvimento e avaliação para que as aulas tenham como norte um impacto significativo, pessoal e social, para alunos e professores. E, assim, pensar nas questões culturais, como estão sendo vistas e tidas e, ainda, como foram afetadas neste cenário pandêmico.

Ao falar das diversidades culturais a serem consideradas no cenário brasileiro, foca-se na perspectiva dos contextos educacionais, sendo estes parametrizados pela legislação sobre as possibilidades para atuação docente: urbano, rural, indígena, ribeirinha e quilombola (BRASIL, 1996; 2014).

Assim, compreende-se que é na prática contextualizada que se pode aproximar os professores de sua realidade concreta, oportunizando a reflexão sobre suas

¹ Cetic.br|NIC.br.

² <https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>

atividades, suas reais necessidades, dificuldades e/ou potencialidades (WUNSCH, MACHADO, JUNGES, 2016, p. 22).

Neste sentido, dentre tantas comunidades, o trabalho aqui apresentado destaca as faces dos jovens caiçaras, seus territórios e seus modos de vida. Afinal, a pesquisadora é de origem litorânea no Estado do Paraná e sua formação jornalística, ao longo dos últimos anos, mostrou a relevância em se pensar como se dá a comunicação e ação da comunidade escolar em sociedades que, em absoluto, estão destacadas culturalmente das localizadas nas capitais.

Foi desta forma que as pesquisas do presente trabalham se iniciaram. A autora esteve presente em diferentes comunidades caiçaras do litoral paranaense para coletar informações, reunir matéria, pesquisar dados e formar o dossiê não somente necessário para a produção do produto como também aprimoramento cultural educacional de bagagem.

É importante destacar que os contextos educacionais sinalizam a conjuntura sociocultural e territorial que envolvem a realidade populacional, condições de vida material; histórico-política e sociofamiliar (ROCHA, 2021), remontando assim cenários inovadores gerados e produzidos como produto do impacto socioeducativo.

E neste contexto, é possível pensar em Cenários Inovadores? É possível adicionar os itens e características que formam e possibilitam que o espaço caiçara seja entendido como inovador e tecnológico?

Nas andanças litorâneas desta pesquisadora, foi possível perceber a carência de espaços que vislumbrassem por jovens estudantes o entendimento da riqueza da paisagem que os cerca, principalmente como ponto de partida para uma compreensão de mundo.

Viu-se que a distração dos alunos e o desinteresse chegam causando abalo em atividades que envolvem comunicação, criatividade e raciocínio lógico e crítico, pois possivelmente o aluno que, no modelo ainda aplicado por diversas escolas, muitas vezes é forçado a se aproximar de conteúdos pré-fixados e poucos reais-aplicados, com a injeção de desânimo passa a anular a vontade de ali estar.

Nesta perspectiva, a problemática que se **coloca é como as tecnologias da informação e comunicação podem auxiliar na superação das dificuldades de acesso às informações locais, regionais e globais, otimizando a participação de alunos, da realidade caiçara, em sua própria aprendizagem, tornando-o protagonista pessoal e de realidade coletiva?**

A problemática vem de encontro com a importância de colocar o tema em pauta se baseia em conter a perda das lendas e histórias folclóricas presentes na belíssima Cultura Caiçara. Neste estudo também se destaca a intervenção do mundo virtual dentro do âmbito educacional.

Até mesmo a imposição profissional dos professores está sofrendo alteração. Alunos perdem o interesse facilmente em leituras de livros físicos ou contação de história, mesmo que estas sejam obrigação em sala de aula.

Neste meio também pode-se citar as lendas e folclore, que demasiadamente perdem força ao tentar se manterem vivos nesta briga constante. Mas por que dar essa importância tão elevada à uma cultura específica do Brasil?

Pelo fato dos mais jovens passarem a não entenderem a importância de cultivarem a história e, também, os espaços públicos que são palco dessas lendas. Uma onda de vandalismos em praças e pontos públicos é corriqueiramente notícia em veículos de comunicações. Esse ensinamento cultural faz com o jovem saiba o significado daquele espaço e sinta-se pertencente a ele. Além de revelar a própria identidade do jovem, ele passa a cuidar do que faz parte da própria vida.

Utilizar-se da tecnologia e estética moderna a favor deste repasse poderá ser uma forma de reviver o mundo da imaginação, utilizando do interesse na tecnologia para prender a atenção do público.

Deve-se pensar na junção entre os atrativos da atualidade e as lendas históricas para que uma seja beneficiada pela outra.

A ideia é alcançar a união entre futuro e passado, sendo lendas e folclore caiçara considerados como a base do estudo e a tecnologia a ferramenta de repasse. A ideia é que crianças e adolescentes e demais públicos de interesse tenham vontade de aprenderem sobre histórias que moveram a sociedade durante anos, mantendo assim viva a cultura dos povos. Tendo em vista que cada região carrega lendas próprias, utilizar-se desta situação para aguçar a vontade de conhecer a particularidade das regiões brasileiras.

Para tal, dentre tantas tecnologias, evidenciar-se-á as redes sociais como foco da análise a ser realizada, especificamente o *TikTok*.

A escolha desta rede se deu por três aspectos:

(I) Prático-pessoal I: por ser mãe de adolescente e acompanhar suas atividades “além-escola” durante a pandemia, percebi intensa utilização desta ferramenta e a motivação de ali querer continuar;

(II) Prático-profissional: o aspecto I fez-me pensar nos atores e cenários sociais jovens que vivenciei na cultura caiçara, fazendo-me refletir a possibilidade do *TikTok* ser, para além de entretenimento, fonte de divulgação e interesse aos estudos desta cultura;

(III) Prático-pessoal II: ao juntar os aspectos I e II a utilização desta ferramenta entrou em meu cotidiano. E, como, usuária contínua foi possível uma análise mais pormenorizada.

Assim, o presente trabalho, inserido no projeto “Ciência, Tecnologia e Interculturalidade e Novas Tecnologias na Educação”, tem como **objetivo principal mostrar como as redes sociais podem ser utilizadas como dinamizadoras de aprendizagem significativa para crianças/adolescentes/estudantes para o repasse das lendas e folclore da Cultura Caiçara.**

E para isto, está estruturado em três fases metodológicas, de cunho qualitativo:

- 1- Revisão de Literatura sobre a comunidade caiçara enquanto espaço educador;
- 2- Organização e aplicação de coleta de dados no litoral paranaense focado no universo caiçara;
- 3- Estruturação de um protótipo de aplicabilidades pedagógicas para a utilização do *TikTok* como fonte de divulgação educacional do universo caiçara.

2. REVISÃO DE LITERATURA: COMUNIDADE CAIÇARA COMO ESPAÇO EDUCADOR

Para o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), são representantes, desde 2016, como povos tradicionais:

I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV - caatingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII - caboclos; e XXIX - juventude de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016).

Ao destacar as comunidades caiçaras, para iniciar esta análise, foi necessário organizar um estudo sobre o que são os espaços caiçaras e como podemos considerá-los como espaços educadores.

Foi organizado um protocolo de revisão de literatura envolvendo a busca por definições sobre o tema, para melhor entender o cenário configurado como objeto de investigação.

Assim, foi realizada uma busca na base de dados do “*Scholar.Google*” sobre “caiçara”, na qual obteve-se os seguintes resultados:

- Primeira busca: pesquisa realizada a qualquer período: 16.700 resultados;
- Primeira linha de corte: publicações a partir de 2020: 1.560 resultados;
- Terceira linha de corte: publicações em língua portuguesa: 1.140 resultados;
- Quarta linha de corte: *string* “caiçara+ paraná”: 851 resultados;
- Quinta linha de corte: *string* “caiçara + paraná + educação”: 550 resultados;
- Sexta linha de corte: *string* ““caiçara + paraná + educação + pandemia”: 172 resultados;
- Sétima linha de corte: publicações a partir de 2021: 94 resultados.

Destes 94 resultados foram analisados títulos, resumos e palavras. Dos quais pode-se verificar que:

- 53 destacavam a questão ambiental como foco da pesquisa e “caiçaras” eram apenas citados como exemplos, assim como indígenas e quilombolas;

- 35 em seu contexto não focavam nem o cenário educacional, especificamente;

- 06 publicações apesar de citarem a questão caiçara e educacional, não necessariamente era específica no Paraná, tampouco em tempos pandêmicos.

Pesquisa esta que evidencia a necessidade de pensar e compartilhar sobre os impactos da pandemia na educação no cenário caiçara.

E, das seis últimas publicações, apesar de não serem estudos específicos sobre a realidade caiçara paranaense, em tempos pandêmicos, deram intenso suporte para compreender o significado de “caiçara” e suas implicações e realizações atuais no campo da educação. Dos quais é possível destacar:

Segundo, Sanchez (2021), apesar de terem sido reconhecidas legislativamente, o movimento ambientalista contribuiu para dar maior visibilidade e reconhecimento às populações tradicionais, como a caiçara:

As comunidades caiçaras são grupos que se formaram a partir da mistura étnico-cultural entre povos indígenas, colonos europeus e descendentes de africanos escravizados, assentados em áreas litorâneas entre os estados do Paraná e Rio de Janeiro (FARO, MONTEIRO, SANTOS PAIVA e MONGE, 2021, P.03).

A união entre o português colonizador, indígenas e negros resultou na criação dos “Caiçaras” como assim se denomina o povo litorâneo das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A palavra “caiçara”, de origem da língua dos povos tupi-guarani, traz o significado das antigas armadilhas de pesca utilizada por esses povos, a qual consiste em madeiras que são fincadas na beira do mar, para cercar o peixe.

Para Gândara (2021), a história dos povos tradicionais no Brasil é marcada por lutas, conflitos e resistências, acontecendo a fim de garantirem suas permanências nos lugares em que se encontram e, sobretudo, para manterem vivas suas culturas, valores e tradições, que fazem esses povos serem reconhecidos como tradicionais, o que não quer dizer cristalizados, mas sim, que dialogam e se reinventam com o tempo.

Esses povos, em específico as comunidades caiçaras, vivem próximas ao mar, praticam agricultura de subsistência e pesca e, atualmente, tem como principal fonte de renda o turismo, praticado no verão tropical.

É através exatamente desse sentimento de pertencimento a natureza que muitas histórias foram criadas ou relatadas. Esta vivência pode ser por

acontecimentos sobrenaturais ou por ainda não existirem conhecimento suficiente para a compreensão de algum fenômeno.

Já para Sanchs, Bailão e Carvalho (2021), ao falar sobre caiçaras e os demais povos tradicionais, existe a necessidade de repensar estratégias dicotômicas e arbitrárias de delimitação de áreas urbanas e rurais e a importância de proposição de políticas públicas que levem em consideração o contexto de um modo mais amplo.

Para Sarraff e Fagundes (2021), as características caiçaras resguardam saberes e fazeres historicamente ligados à terra – dos sítios e do mar – compostos por uma rica combinação de manifestações. Dentre estas está o Fandango Caiçara, uma expressão artístico-cultural relacionada aos saberes e fazeres culturais dessa comunidade.

Gonzafa, Denkewicz e Julião (2021) destacam que o modelo social está ligado ao modelo de proteção ambiental, sendo utilizado paradoxalmente aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A junção desse aparato de informações complementa robustamente o trabalho, apresentando o povo caiçara na essência e trazendo dados importantes para a compreensão da importância dessa cultura específica para o âmbito educacional.

Além, é claro, de trazer à tona o valioso valor da preservação dos costumes caiçaras.

Em um corpus estruturado a partir destas bases, pode-se constatar, portanto, que a fonte da comunidade caiçara está ligada aos seguintes termos, analisados na plataforma voyant-tool:

Este corpus possui 1 documento como:

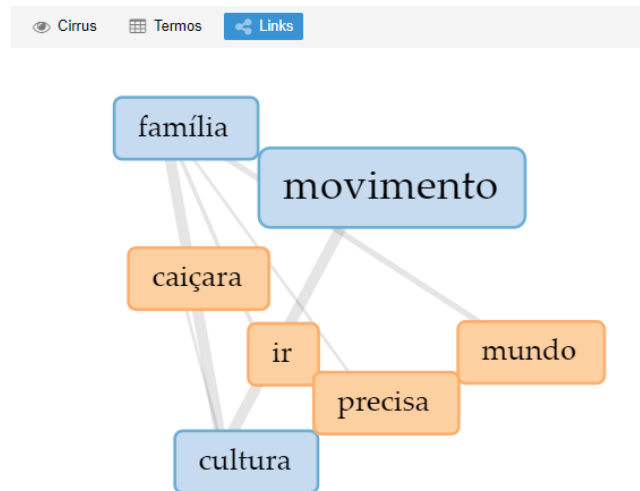
Densidade vocabular: 0.276

Média de palavras por frase: 85.5

Palavras mais frequentes no corpus: movimento (207); cultura (191); família (72); escola (4); cidades (3)

Na figura 1, é possível visualizar a intensidade destes três primeiros termos:

Figura 1: A comunidade caiçara envolve:



Fonte: a autora (2021)

Percebeu-se que os autores, ao ver os movimentos nestas comunidades, foram além de conceituá-las como movimentos sociais, compreendeu-se uma captura de diversos elementos políticos e culturais que contribuem para os objetivos do movimento cultural e ainda mais profundo, familiar, que sustentam suas bases ao longo do tempo.

Pode-se ver, ainda, que os povoados, que em grande maioria utilizam recursos naturais para a sobrevivência, tendem a passar ensinamentos de pai para filho e, por essa proximidade com a natureza, eles aprenderam dentro dela a guiarem os ensinamentos para a vida, analisando “a passagem do tempo em termos dos movimentos de corpos celestes, da manutenção de plantas benéficas e do padrão de acasalamento dos animais” (AFONSO, CREMONEZE e BUENO, 2016, p. 150).

Dentro do cenário educacional caiçara como no contexto geral do século XXI, as mudanças no âmbito educacional começam a se tornarem mais explícitas.

Apesar da atualidade do assunto, não é assim que grande parte dos centros educacionais, sejam eles privados ou públicos se comportam. Não é por conta de teóricos e estudiosos que a escola tecnicista ainda continua viva com os mesmos padrões e formatos antigos.

A defesa nas mudanças pedagógicas, na formação do docente e até mesmo nos padrões de definição de aluno e escola já passaram da hora de serem revistos. Escolas fortalezas, isolamento do ambiente escolar entre outras práticas constatadas

ineficazes somente nos mostraram, durante todos esses anos de experiências, que foi possível aumentar a evasão escolar, a incredibilidade do ensino e o afastamento das oportunidades que os jovens têm de aprender, na forma com que seja próxima a realidade da criança e adolescente.

Quebrar os muros invisíveis e perceber que as próprias cidades podem ser educadoras transforma a oportunidade de o repasse cultural ser mais abrangente. Com esse pensamento, em meados de 1990, surgiu as cidades educativas ou educadoras no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, Espanha.

Mas por que os parâmetros de Cidades Educadoras são importantes para serem enaltecidos nesta pesquisa?

Pois a adesão dele será ainda mais abrangente se conseguir ir além dos muros da escola, entendendo que a cultura está, muitas vezes, na história da pedra que formou a rua, na construção de uma fonte de água, em um pequeno espaço ao lado do rio. Caminhar por ruas que contam histórias de espaços da Cultura Caiçara e vivências desses locais, deverá fazer o jovem entender a própria identidade, saber de onde veio e com isso passar a ter um pertencimento, saber o significado e cuidar daquele local, afinal a “escola não precisa só se abrir para o mundo, ela precisa ir para o mundo” (GADOTTI, 2018).

Dentro desse quadro, estar dentro da linguagem e estética tecnológica moderna para o repasse dessas lendas, entra como carro chefe de desenvolvimento do projeto.

Para fortificar a cultura presente em um mundo onde as pessoas olham mais para as telas dos celulares do que para o rosto de quem está ao lado precisa-se falar sobre tecnologia. Ter uma história que se ‘comunique’ com a pessoa na linguagem que ela está acostumada diariamente faz com que o folclore permaneça vivo, se tornando a peça de afinidade entre sujeito e o pertencente ao ambiente e cotidiano do qual está acostumado.

Como exemplo pode citar-se a cidade histórica de Paranaguá. Ruas antigas, fontes milenares, casas e prédios com ruínas, igrejas que viveram épocas de escravidão, inúmeras histórias por traz de cada espaço, ambiente este que o jovem, muitas vezes, cruza diariamente, porém desconhece a lenda que o espaço tem consigo, ou mesmo a importância dessa história para a construção cultural de todo um povoado.

Pois bem, um jovem nascido nessa cidade pode não apreciar essa cultura, pelo simples fato dessas histórias não estarem sendo dialogadas na mesma linguagem a qual ele é acostumado. Também deve-se levar em consideração a difusão dessa cultura específica para o entendimento de civilização e colonização:

Própria cultura ocidental, da qual nos colocamos como herdeiros, teve forte influência oriental: mesopotâmia, egípcia, fenícia, etc. Todos esses povos e períodos históricos tiveram a sua parcela de influência em nossa cultura e, portanto, devem ser valorizadas para, só assim, podermos ter alguma ideia de onde vêm certos traços culturais que apresentamos (VIERIA, 2015, p. 11).

Expondo essas lendas com um formato tecnológico pode-se atizar a curiosidade e com ela o desenvolvimento do gosto por conhecer sobre a história presente.

Os Caiçaras confirmam de pés unidos, com dedos cruzados e com todas as promessas que as lendas e as histórias contadas são reais e vivenciadas pelo povo. “Os africanos assim como os indígenas que habitavam o Brasil, perceberam que os fenômenos celestes estavam relacionados com os da terra, em uma harmoniosa sincronicidade” (AFONSO, CREMONEZE e BUENO, 2016, p. 153), um dos motivos que faz com que histórias sejam contadas explicando muitas vezes fenômenos naturais. Porém, no caso dos Caiçaras, esse folclore continua presente na boca do povoado.

Nos vilarejos, histórias e fenômenos naturais não compreendidos são frequentemente explicados em forma de lendas, ato esse que torna essas histórias um dos pilares de sustentação da Cultura Caiçara. “É através dessas histórias e personagens mitológicos ou não que as pessoas obtêm as forças necessárias para transpor as dificuldades do dia a dia” (VIEIRA, 2015, p.08).

Nota-se através das pesquisas de campo realizadas em comunidades do litoral do Paraná que as lendas estão sendo deixadas para segundo plano pela população mais jovem, tendo em vista a facilidade de smartphones ou tv conectados à internet 24 horas. No Brasil 23 milhões de crianças e adolescentes utilizam o celular como dispositivo para acesso à internet.

Mesmo preservando os costumes, a invasão dos avanços tecnológicos alcançou locais mais remotos e essa “redução do real à informação por imagens [...] é um traço profundo da ‘ética social imediata’ da sociedade dita pós-moderna” (SODRÉ, 2000, p.8), onde não se pode fugir do inevitável.

O jovem já se encontra inserido neste mundo tecnológico, respira internet e, mesmo que até aprecie uma conversa longa ou escutar boas histórias não dá a mesma divisão de tempo que deixa disponível para gastar com os atrativos da internet, entre eles, obviamente, como todos os demais jovens, as redes sociais.

Inclusive nas comunidades mais afastadas, os pais não têm equipamentos eletrônicos, mas cedem esse benefício aos filhos, onde, grande parte opta pelos celulares, pois com eles conseguem fazer quase todos os procedimentos de um computador, além de ter a vantagem no telefone de acesso à internet, em qualquer ponto pelo chip de telefonia.

Em Paranaguá, PR, mais precisamente nas comunidades da Ilha dos Valadares, além de outras Ilhas próximos como Guaraqueçaba-PR, Ilha do Mel-PR, Ilha Rasa-PR, Ilha da Cotinga-PR, entre outras as principais lendas são: “Pé Redondo”, “Gnomos”, “Lobisomem”, “Sítio das Almas”, “Dinheiro do Peixe Morto”³.

Trazer essas histórias para o mundo virtual, com estéticas modernas de personagem, tendo como aliados as criptoartes, desenhos estilo anime e a linguagem tradicional deste meio faz com que o caminho da separação entre cultura e tecnologia seja menor. Fato este que deveria já estar sendo trabalhado, pois desde o final do século XX “a expansão das novas tecnologias tem sido um papel fundamental na intensificação da globalização das comunicações” (MATOS, 2013, p. 173)

Atualmente o Brasil não conta com uma disciplina intitulada “Cultura”, mas dentro do ambiente escolar ela é ensinada na grade curricular de outras matérias, com exemplo “História”.

O Brasil conta com uma diversidade cultural gritante. Somente no grupo de indígenas, o país conta com quase 900 mil pessoas divididas em 305 etnias diferentes e 274 línguas, dados esses fornecidos pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Referência). “Devemos lembrar que o continente africano e o Brasil possuem centenas de etnias culturalmente diferentes” (AFONSO, CREMONEZE e BUENO, 2016, p. 150).

Essa colocação é válida para lembrar que devido a colonização portuguesas nas terras brasileiras, que já eram habitadas por indígenas, ainda houve a chegada o povo negro africano, escravizado. O Brasil se tornou o povo que resultou na mistura

dessas raças e cada região tem comunidades que carregam ainda na flor da pele os traços dessa hegemonia de raças.

O contato da criança com o ambiente escolar faz com que a diversidade cultural seja mais evidenciada. A escola “deve ser um espaço de construção de cidadania. Um espaço de relação entre diversos saberes, não apenas o científico”. (MOSÉ apud GADOTTI, 2013).

É importante que as crianças e adolescentes sejam compreendidos. Correlacionar a cultura com a realidade do jovem pode permitir conexões que encravam no caráter da criança em formação, trazendo benefícios a curto e longo prazo.

Em épocas de políticas autoritaristas, o Brasil perdeu o aprendizado da cultura dentro das escolas. “Retiramos a cultura da educação, uma perda enorme. Precisamos de arte na educação”. (MOSÉ apud GADOTTI, 2013).

E dentro desse modelo de mudança educacional é importante estabelecer uma junção entre o novo - tecnologia e o antigo - cultura/lendas, afinal um

dos desafios prioritários da mudança educativa é o de conseguir uma confluência e integração das diferentes tradições e manifestações culturais: da chamada alta cultura, a tradição acumulada e herdada de geração em geração (CARBONELL, 2002, p. 52).

Ignorar as mudanças é retroceder. Deve-se interagir com as modificações tendo o privilégio de estar no mundo jovem, com a linguagem jovem, transmitindo o conhecimento desejado, pois “integrar o novo capital informativo e cultural nos esquemas de conhecimento do aluno” (CARBONELL, 2002, p. 102).

3. ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE COLETA DE DADOS NO LITORAL PARANAENSE FOCADO NO UNIVERSO CAIÇARA

Percebeu-se que o acervo cultural caiçara está praticamente em sua totalidade presente apenas na memória dos líderes antigos de comunidades, fato este que, ano após ano, faz com que as histórias se apaguem, pois, em um mundo rodeado de atrativos tecnológicos, os jovens constantemente preferem a realidade virtual à real.

Estar em celulares, aparelhos televisivos interativos, tablets e jogos será a ferramenta de ligação entre a lenda e o público. E como estar presente nesses aparelhos? Através das redes sociais. Lipovetsky (2015) deixa claro como a mudança da estética atual alterou também outras questões dentro do cotidiano, como exemplo,

estão aí os mundos da arte capturados, por sua vez, nas malhas do hiper, já que o capitalismo contemporâneo incorporou em larguíssima escala as lógicas do estilo e do sonho, da sedução e do divertimento, nos diferentes setores do universo consumatório. Se há uma bolha especulativa, existe outro tipo de bolha extremamente inflada, mas que, no entanto, não conhece nem crise nem crash: vivemos no tempo do boom estético sustentado pelo capitalismo do hiperconsumo. (LIPOVETSKY, 2015, p. 49).

Com a estética moderna de personagens e jogos dentro de perfis das redes sociais faz-se a inserção da história a ser contada, trabalhando a tecnologia a favor do projeto. Hayles (2009) relata que “as variedades de leituras eletrônicas, as ficções de hipertextos também mutaram para uma gama de formas híbridas”. Ou seja, as modificações fazem com que novas formas de repasse de informação sejam utilizadas para o fim proposto neste projeto, que terá fortes raízes no litoral paranaense, onde o folclore caiçara tem forte presença.

A principal forma de colocar o projeto final em prática é através das pesquisas de campo, chave para o desenvolvimento do projeto. A pesquisa de campo foi alimentada com conversas, acompanhamento voluntariado do público-alvo, para estabelecer resultado satisfatório sobre como desenvolver o projeto e da própria comunidade caiçara.

Ouro ponto é estar sempre adquirindo o máximo de conhecimento na área da tecnologia e designer para alimentação do projeto, pois a expectativa é fomentar o imaginário. Como afirma Foucault (2015), o movimento da imaginação pode ultrapassar barreiras e alcançar outros níveis até mais alto que o esperado:

A pintura, por seu lado, tentou destruir a imagem, não sem dizer que dela se libertava. E discursos morosos nos ensinaram que seria preferível à ciranda das semelhanças o corte do signo, à sucessão dos simulacros a ordem dos sintagmas, à louca fuga do imaginário o regime sóbrio do simbólico. Tentaram nos convencer de que a imagem, o espetáculo, o semblante e o falso semblante não eram convenientes, nem teórica nem esteticamente. E que era indigno não menosprezar todas essas frivolidades. (FOUCAULT, 2015, p. 349).

Deve-se sempre tentar achar formas em que o real e o imaginário se cruzem, atraindo e prendendo a atenção do público jovem com os instrumentos da atualidade e ferramentas modernas. O propósito é inserir uma parte importante da cultura caiçara no cotidiano jovem.

Sob esta perspectiva, esta pesquisa de campo esteve organizada em dois momentos: (i) visita às ilhas paranaenses e, a partir dos dados ali coletados, (ii) organização, aplicação e divulgação de um perfil caiçara no *Tiktok*.

3.1 Visita às Ilhas

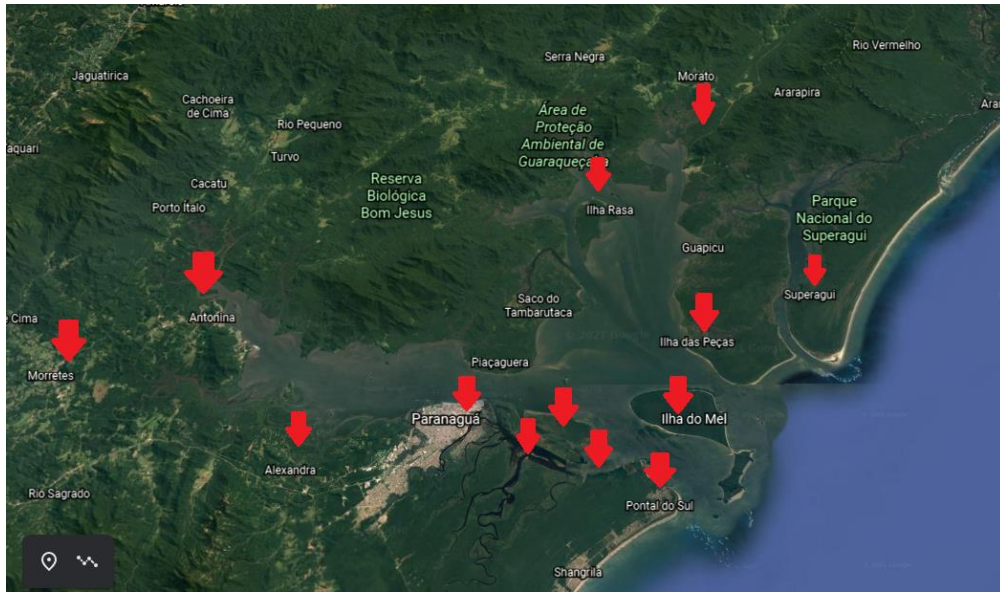
Assim, perante esta inquietação, iniciou-se uma coleta de dados com visitação em Ilhas do litoral paranaense e conversas com as comunidades caiçaras da região. As visitas ocorreram no município de Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba. Além de ter percorrido locais mais afastados como Ilha do Mel, Ilha do Amparo, Ilha da Cotinha, Ilha Rasa e Ilha dos Valadares. As Ilhas fazem parte do complexo litorâneo do estado sulista e concentram uma quantidade significativa de povos que mantêm os costumes tradicionais.

Durante as visitas, foram obtidos dados e informações com conversas e atividades cotidianas.

Para que possa se ter uma melhor percepção dos espaços percorridos, tendo em vista que muitos desses locais (principalmente as ilhas) são preservadas e/ou com acesso restrito.

Também vale ressaltar que nas comunidades foi possível acompanhar o cotidiano dos anciões e do povo mais jovem para criar esse diferencial de modificações de geração em relação a cultura.

Mapa Ilhas do Paraná



Fonte: Google Earth

Durante a pesquisa de campo a pesquisadora teve intensa relação com comidas, músicas e danças tradicionais, bebidas típicas e o objeto de estudo - as lendas (conforme pode-se verificar nos registros fotográficos, no apêndice I).

A partir desta intensa pesquisa, um local em especial deve ser destacado neste trabalho, a Associação Mandicuera, fundada em 2004, e tendo sede na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá-PR. Os integrantes da associação carregam como principal objetivo agregar iniciativas que visam à prática, ao estudo e à difusão da Cultura Popular Caiçara, com o intuito de unir jovens e mestres, crianças e adultos, valorizando modos de criar, fazer e viver dos grupos de fandango⁴, no qual percebeu-se que, sobretudo, as fontes de inspiração dos que atuam é satisfação em fazer, em estar, em tocar e em comungar.

Já na Ilha do Amparo, o foco foi visitar a escola e conversar com os alunos sobre suas perspectivas do que é cultura caiçara e como (e se) gostariam de divulgá-la. Coleta esta também realizada com estudantes de Paranaguá.

A partir das conversas sobre “caiçara” entre o jovem urbano e ilhéus foi possível constatar:

- Os jovens da Ilha, mesmo com interesses em atividades mais digitais, ainda preservam os costumes como rodas de conversa, danças e o estar em família;

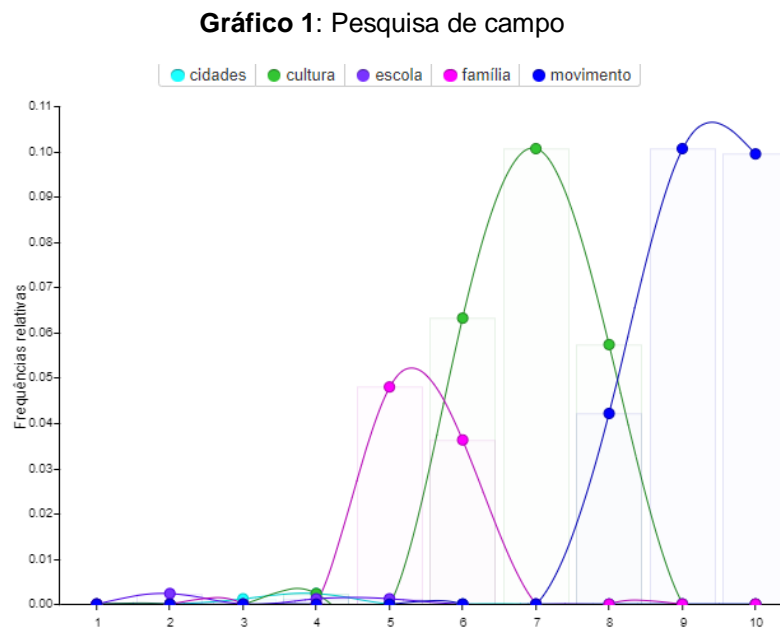
⁴ <http://www.mandicuera.com/>

- Os jovens urbanos, mesmo com algum interesse em atividades caiçaras, pela família, já priorizam a diversão digital.

Ou seja, de pouco ou intenso modo, a tecnologia digital é, sim, um ponto de intersecção entre os jovens deste universo.

Na pesquisa, outro fator que chamou a atenção é a base pesqueira entre as famílias visitadas. É possível citar a época da pesca da tainha, totalmente artesanal, com acampamentos à espera do cardume, a coletividade em puxar a rede e as lendas e histórias contadas nas festas em comemoração à esta atividade.

Os dados coletados em cada visita, cada conversa, foram organizados em vídeos, fotos e anotações. E, ao analisar o corpus das anotações, pode-se perceber que três palavras se destacaram entre as cinco com maior frequência, que vem ao encontro da análise da revisão de literatura, sendo elas: família, cultura e movimento. Com a pesquisa de campo, foi possível notar outras duas palavras que apareceram na sequência: cidades e escola, conforme mostra o gráfico 1:



Fonte: a autora (2021)

Ao que faz lembrar as concepções sobre espaço e lugar, quando Tomás de Aquino enfatizou que

nenhum movimento dessa espécie pode ser instantâneo, porque tudo o que se move localmente deve chegar ao meio do espaço a percorrer, antes de chegar ao fim. Portanto, se num espaço pequeno, o tempo nos escapasse, o

mesmo não se daria num grande espaço, por exemplo, o que meia entre o oriente e o ocidente. Ora, assim que o sol nasce num ponto o oriente, ilumina-se todo o hemisfério, até o ponto oposto (CORREA, 1980, P.582).

A comunidade caiçara, lembra, assim, a construção do conhecimento científico nas etapas de visualização, manipulação e experimento. Os homens aprendem como os animais, em primeiro lugar pela sensação e pela percepção, que é a sensação consciente. A sensação produz as imagens sensíveis. Da sensação, da percepção e da imagem, os animais como os seres inteligentes, formam a memória. Os animais vivem das sensações e das recordações, ao passo que os homens vivem da arte e do raciocínio. Da memória os homens derivam a experiência, que consiste em manipular e articular os dados da memória para, com esta combinação, extrair novas informações e conhecimentos.

Viu-se que os dados dos sentidos são moldados pelas condições transcendentais do conhecimento: espaço e tempo, e pelas categorias do intelecto, conforme explica na *Crítica da Razão Pura* (LOPES e MOSER, 2016). Os sentidos percebem o mundo, mas “a ciência não é simplesmente a prolongação da visão espontânea do mundo ou uma formulação pouco sofisticada do que se oferece à percepção” (LADRIÈRE, 1977, p. 19).

Os caiçaras, ainda fieis às suas tradições, não “foram moldados” pelo modelo mental digital; seguem as indicações dos sentidos, interpretadas segundo seus ancestrais. Não quer dizer que seu conhecimento seja inferior, é diferente e atende suas necessidades e interesses. Paulo Freire enfatiza que

o respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o pondo de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. ‘Seu’ mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo (FREIRE, 1992, p. 86-87).

Isso evidencia que os saberes construídos e socializados de geração em geração devem ser respeitados pois revelam o modo como aquele sujeito ou como aquela comunidade efetivamente observa o mundo e nele se coloca de um modo distinto e único.

Para compreender os diferentes contextos é preciso experienciar o choque de modelos mentais diferentes, como os descritos por Alexander Romanovich Luria a partir de suas pesquisas sobre fundamentos culturais do desenvolvimento cognitivo (LURIA, 1990; 1992) em que mostra como as classificações não decorrem da

abstração, como acontece com os que frequentam escolas com os currículos convencionais da civilização ocidental.

Do mesmo modo, o raciocínio, não atingidos pelo racionalismo cartesiano, se mostra ser bem diferente, revelando modelo mental diverso.

Entrevistando camponeses de aldeias remotas na Ásia Central (Uzbequistão e Quirguistão), não escolarizados pelos currículos dos centros urbanos (LURIA, 1992, p.66), apresentou-lhes o seguinte silogismo: Onde há neve os ursos tem pele branca. Ora, em Novaya Zemlya, situada no extremo Norte, sempre neva. Qual é a cor dos ursos desta cidade? A resposta foi que ele sabe que há ursos com diferentes cores, mas que ele apenas viu um urso marrom e nunca viu de outra cor. E que ele e seus pares só falam do que veem. Logo, se alguém quiser saber a cor dos ursos de Novaya Zemlya, que pergunte aos que vivem lá, ou que já foram lá (LURIA, 1992, p. 83).

Os resultados de muitas entrevistas desse tipo mostram que o processo de raciocínio e dedução está associado à experiência prática imediata, e explica as respostas: eles falam com base no que tem experiência, no que veem. E Luria acrescenta que estes camponeses deduziram sobre fatos, dos quais tinham diretamente experiência ou conhecimento, conclusões implicadas de acordo com as leis da lógica. Possuem inteligência prática excelente. Careciam, no entanto, da capacidade de abstração e de extensão das conclusões não diretamente experienciadas (LURIA, 1992, p. 83-84).

Uma das principais conclusões de Luria (1992) foi a de que as pessoas que possuem maiores graus de educação formal e que atuam de modo colaborativo, de maneira geral, apresentam bons resultados ao lidarem com abstrações, porém, as pessoas de menor nível escolar ou mesmo as analfabetas, precisam se fundamentar em questões concretas para efetivar sua compreensão acerca das coisas.

Assim, Piaget (2011), analisa que levando em conta, então

esta interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas a situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, mais em geral, entre a assimilação e a acomodação (PIAGET, 2011, p.89).

As diferentes e diversas etnias, como verificado na prática, em muitas ocasiões, não demonstram o mesmo modelo cartesiano dos formados nas academias: não fazem

muitas abstrações, quando vivem de sua maneira tradicional. O seu raciocínio, o seu modo e pensar é diferente dos não indígenas. Contudo, encontramos indígenas da etnia guarani que se formaram nas universidades e por bases sociais, assimilaram a seu modo.

3.2 Organização, aplicação e divulgação de um perfil caiçara no *TikTok*

A eficácia do aplicativo também é algo que deve ser levado em consideração. Com Inteligência Artificial (IA), o *TikTok* ganha dos demais aplicativos quando a IA já identifica os conteúdos mais acessados e através dessa escolha sugere mais vídeos do mesmo conteúdo para o usuário, as demais redes sociais ainda contam com uma demora em qual algoritmo deve mostrar.

A plataforma vai mais fundo e conta com um acervo de filtros (máscaras que modificam o facial), cortes, efeitos, interações com músicas, dueto entre outros artefatos que são o auge no assunto de rede social. Ter uma conta no *TikTok* é algo como carregar o RG do mundo tecnológico jovem, visualiza perfis mais acessados, saber qual o assunto mais influente, imitar coreografias é a linha informativa do cotidiano adolescente.

Sendo a rede social com propósito de focar-se em produzir vídeos com facilidade e publicá-los na plataforma para que sejam interagidos garante uma potencialidade no *mbly*.

Para esta construção foi feita uma pesquisa de campo com três contas do *TikTok* para entender o ambiente, saber como ser atento as tendências e interagir com o público.

A pesquisa teve duração de 30 dias com acessos diários em horários distintos.

Outro fator que deve ser cultivado é a curiosidade, dividir cada história em dois capítulos fazendo com que o espectador se prenda em saber a continuação e esteja atento a novas publicações.

3.2.1 Nome e imagem de perfil

Após conhecer, estudar e pesquisar o aplicativo fica-se nítido que os vídeos devem iniciar com uma imagem chamativa, ter uma leitura das demais imagens de fácil

entendimento e retenção da atenção. A linguagem deve ser clara, objetiva e se possível com gírias, palavras que são utilizadas com frequência pelo público jovem.

Para o nome da conta foi selecionado a palavra “Caiçara”, a qual é o objeto de repasse da informação e “Mundo”, para dar a impressão de estar entrando dentro desse mundo paralelo particular, definiu-se “Mundo Caiçara”.

Em relação a imagem de perfil, ponto forte para atrair mais visibilidade, opta-se para a visão da faixa etária que busca ser atingida.

Para tal, a pesquisadora teve a colaboração de sua filha, 13 anos, que tem em suas raízes as bases Caiçaras, criou o desenho de como seria o Saci Pererê, personagem mais famoso do folclore brasileiro, nos dias atuais, como ele estaria ‘disfarçado’ perante a sociedade moderna.

As demais imagens que aparecem cobrindo a locução também foram feitas e assinadas pela jovem colaboradora, conforme figura 3.

Figura 2: Imagem do perfil TikTok – Saci Pererê 2021



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Ao ter o perfil registrado, para a pesquisa inicial foi selecionado a lenda do Pé Redondo. O texto foi escrito para que ocupasse o tempo de um minuto para cada capítulo, tempo este que foi considerado razoável para não estender muito a fala e fazer com que o adolescente desista de continuar a escutar a lenda.

O perfil pode ser acessado no link: <https://vm.tiktok.com/ZMeAvuX66/>, conforme figura 4:

Figura 3: Mundo Caiçara



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Com todo o estudo realizado, a aplicação do produto houve uma adesão interessante e importante nas primeiras horas de publicação, com cerca de 54 visualizações em um primeiro momento, subindo este número posteriormente. Número relevante, tendo em comparação que outros testes em contas iniciantes muitas vezes não batem 10 visualizações.

Com o tema lendas caiçaras, foram inseridos no perfil os seguintes vídeos que podem ser acessados via QR CODE, objeto este que também deve ser destacado como avanço tecnológico:

Figura 4: Vídeo 1 – O homem lobo? Lobo homem?



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 5: Vídeo 2 – Dinheiro do Peixe Morto



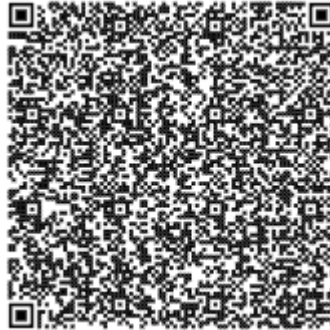
Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 6: Vídeo 3 – Dinheiro do Peixe Morto – Parte II



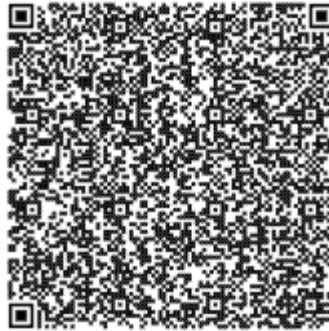
Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 7: Vídeo 4 – Sítio das Almas



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 8: Vídeo 5 – Sítio das Almas – Parte II



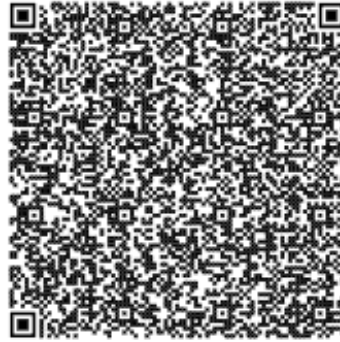
Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 9: Vídeo 6 – Merda da Lua



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 10: Vídeo 7 – Merda da Lua – parte II



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 11: Vídeo 8 – pé redondo



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Figura 12: Vídeo 9 – pé redondo – parte II



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Seguindo o parâmetro de divulgação do aplicativo escolhido quanto mais publicações são inseridas na conta, mais a visibilidade aumenta.

Para confirmar esse quadro foi feita uma pesquisa com adolescentes entre 13 e 15 anos, de diferentes cidades, para saber o alcance do interesse dessas histórias em outras regiões do estado paranaense.

Foi selecionado 15 jovens voluntariados que tiveram contato com a conta e com as publicações. Após esse primeiro contato responderam um questionário de três perguntas as quais foram:

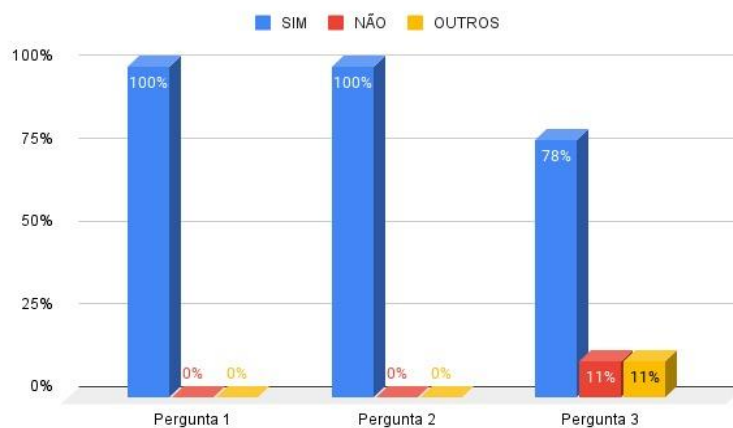
Você achou o vídeo interessante?

Você ficou curioso(a) para a continuação?

Você indicaria essa conta após ver essa publicação?

Desse total apenas 9 adolescentes reenviaram as respostas. Em relação a primeira pergunta a resposta foi unânime ao sim. Na segunda pergunta as respostas foram unânimes ao sim. Na terceira pergunta foram sete respostas para o sim, uma para não, e um jovem respondeu “talvez”, conforme gráfico 02:

Gráfico 2: Respostas dos jovens



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Leva-se, assim, em consideração que estar no mesmo mundo deles torna mais fácil essa conversa, deixando o vídeo mais atrativo por estar na “comunidade social” a qual eles se encontram acostumados a conviver diariamente.

Porém os atrativos visuais e as formas de gravação devem acompanhar as tendências, se modificando sempre que necessário. Mas não deixando de lado a

essência de motivação e criação do projeto. É sempre importante ressaltar que estar nesses dois mundos juntos, o real e o imaginário, através da ferramenta mais visualizada do público-alvo facilita o transpasse da informação desejada:

O compromisso da pesquisa é, portanto, lidar com os mundos naturais e sociais em que as pessoas habitam. Para entender melhor esses mundos, devemos nos concentrar sobre a construção social da realidade e as formas pelas quais a interação social reflete os desdobramentos das definições dos atores de suas situações (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 62 e 63).

Em um mundo totalmente disputado entre o real e o virtual, onde os jovens fazem questão de estarem conectados na internet para pertencerem ao mesmo mundo social é necessário estar nesse mesmo meio para conseguir interagir com a mesma competitividade dos demais atrativos ao redor dos adolescentes.

As formas de comunicação que mexem com o imaginário não deixam de serem vivências, afinal “um certo imaginário, tecnologicamente produzido, impõem o seu próprio real (o da sociedade industrial), que implica em um projeto de escamoteação de outras formas de experiência do real” (SODRÉ, 2000, p. 33).

Esse ‘novo mundo’ já faz parte da realidade jovem:

Eu acho que estamos também, passando por uma transição. O virtual vai ter cada vez mais espaço. Eu diria que há dois eixos fundamentais na educação do futuro [...] cada vez mais o virtual não é o contrário do real, o virtual é o real, o contrário do virtual é o atual. (MOSÉ *apud* GADOTTI, 2013, p. 144).

Atualmente o aplicativo *TikTok* é utilizado por muitas pessoas para repasse de conhecimento. Tutoriais de maquiagem, amostras de como produzir vídeos tendências, jeito de como aprender a dançar, divulgação turísticas entre tantos outros vídeos que são manifestações nesta rede social já entram com o viés informativo deixando de lado o entretenimento.

Ao ver a aplicabilidade desse processo e levando em consideração a afirmação do Prensky acima, estar nesse processo de modificação do repasse da educação é o primeiro passo para atrair a atenção dos jovens nos estudos e com isso diminuir ou até mesmo cessar a evasão escolar. Inúmeras pesquisas divulgadas pelos veículos de comunicação mostram o número de alunos em evasão escolar onde a motivação é um dos itens levados em consideração na hora de desistir de progredir no colégio.

A mudança no mundo, no ver o mundo, a mudança no convívio, nas práticas de convivência, na rotina, na família, na aceitação social, nos assuntos antes tão temidos, são fortes motivos para serem levados em consideração no olhar educacional.

Com o destrinchamento do projeto e vendo o resultado foi satisfatório nesse primeiro estudo sobre repassar ensinamentos culturais, através de plataformas tecnológicas, invadidas em massa por crianças e adolescentes, pode-se perceber que é um primeiro passo nesse caminho de mudança que pode ser levado em consideração.

Uma reciclagem do que afasta a atenção do estudante, que é a interatividade das redes sociais modificada e feita como aliada na educação. Além do sacrifício forçado de aprender e se adaptar ao novo mundo educacional com a chegada da pandemia do Coronavírus.

O desempenho dos vídeos do *TikTok* pode auxiliar jovens a estarem mais próximo de matérias com maior dificuldade de ensinamento, como exemplo a matemática, física, entre outras. A plataforma ainda pode ser utilizada para mostrar a geografia, unir os costumes diferentes que cada estado do Brasil. O aplicativo pode contar 'da maneira dele' como a tabela periódica da química pode ser compreendida com maior facilidade.

4. CONSIDERAÇÕES E UM PRODUTO DE APLICABILIDADE PEDAGÓGICA: MUNDO CAIÇARA - PROTÓTIPO DE UTILIZAÇÃO DO TIKTOK NA EDUCAÇÃO

Segundo pesquisa da agência *We are Social* (2021), com estimados 7,85 bilhões de pessoas habitando o planeta utilizado como parâmetro, a base de usuários da internet cresceu 7,6% em 2021, com destaque para as redes sociais, que já superaram o equivalente à metade da população mundial em usuários, conforme mostra a figura 3:

Figura 13: O digital ao redor do mundo



Fonte: Global Digital Overview (2021) em datareportal.com

As experiências trocadas entre jovens que não se conhecem, que apenas interagem entre postagens em redes sociais, se tornou tão comum que as pessoas se sentem dentro do cotidiano e intimidade da outra pessoa, até mesmo com longas distâncias e sem conhecer fisicamente o companheiro.

Levando essa base de princípio para a atualidade nos deparamos com o mundo virtual sendo mais vivenciado que o real, é uma 'amizade virtual' onde as ligações são as afinidades de vivências, se um jovem se sente atraído pela postagem, mesmo que básica, do outro passa a segui-lo, com isso pode comentar, compartilhar, interagir com *emojis*, uma infinidade de possibilidades que conectam pessoas distantes.

Se o empirismo defende a fonte de conhecimento através da experiência, um perfil em rede social é a arma chefe para entrar no mundo jovem e injetar o conhecimento das lendas caiçaras. Como exemplo, podemos citar os adolescentes da

tribo indígena Guarani Mbyá, comunidade na Ilha da Cotinga, município de Paranaguá, PR.

Mesmo que esses jovens não tenham acesso de qualidade à celulares ou internet na comunidade ou mesmo na escola, é inevitável que essas tecnologias os alcancem com a interação turística de quem chega para conhecer as belezas naturais da ilha e até mesmo os próprios costumes indígenas.

Certa vez, em entrevista com a jornalista Sandra Terena, primeira indígena a se formar como jornalista, ela nos contou sobre o apoio da família, principalmente dos avós para cursar a graduação. Mesmo sabendo da importância de carregar os costumes e não deixar a intervenção exterior chegar nos povos mais afastados, é necessário que haja essa ligação com as demais comunidades.

Outro ponto a ser citado é a escolha da rede social. Essa escolha colocou como prioridade as mudanças da sociedade industrial para a sociedade da informação e conhecimento onde os “dispositivos e oportunidades formativas se multiplicam fora da instituição escolar” (CARBONELL, 2016, p. 10), com a

chegada da internet criou um mundo interconectado, qualquer pessoa conectada pode incluir suas próprias informações no ciberespaço. Quando e como queira, o que dá lugar a processos multiplicadores de um enorme potencial comunicativo. E cada computador tem a capacidade técnica de copiar e modificar as informações. (CARBONELL, 2016, p. 11).

São aplicativos com botões de curtir, comentar, interagir. As músicas, fotos em formato boomerang, marcação de perfil de ídolos e celebridades. Um mundo totalmente particular que faz com que duas pessoas distantes sejam íntimas pela tela do aparelho celular.

O jovem ao acessar o aplicativo e escutar mesmo que brevemente uma história já o fará analisar e pensar sobre o assunto, como, por exemplo, uma lenda de “noiva que faleceu no dia do casamento é vista chorando nas escadas da igreja”, quando esse mesmo adolescente passar em frente à igreja irá automaticamente se lembrar da história. Ou, se interessar-se pelo assunto compartilharia no próprio perfil, marcando colegas para que escutem a mesma história, ocorrendo mais difusão. A igreja para a visão e mente desses jovens, conhecedores da lenda já não será apenas mais uma simples construção da cidade, passa a ser um espaço que lembra uma história, que remete ao acontecimento, os olhos se abrem e enxergam de outra forma aquele mesmo ambiente.

A junção de todas essas características Seria uma 'dialética das redes sociais' colocar um mundo dentro do outro, onde seria para inserir uma parte importante da Cultura Caiçara. Este quadro estaria fazendo com que as redes sociais fossem a ferramenta de união entre a história e o local, trazendo para o adolescente o sentimento de pertencimento, de cuidado com o ambiente.

Entre as redes sociais mais utilizadas, está o *TikTok*, que atualmente alcança no Brasil a inscrição de mais de 16 milhões de usuários⁵. O aplicativo de mídia social para criação de vídeos é gratuito, acessível e pode ser uma ferramenta poderosa e criativa de ensino. Criar uma conta no *TikTok* pode ser uma maneira de envolver, recompensar e entreter os alunos dentro e fora da sala de aula.

O aplicativo lançado na China chamou a atenção com vídeos de 15 segundos e músicas que podem ser escolhidas no momento da gravação.

O cunho dos vídeos está entre humor e entretenimento, podendo ser feitas filmagens com dublagens, tutoriais, vídeos com cortes, efeitos especiais etc. Algo inovador com uma interatividade diferenciada.

Mesmo antes da pandemia, o declínio da educação tradicional já estava em andamento. Ensinos com pouca atenção ao incentivo às habilidades e à mentalidade necessárias para a aprendizagem ao longo da vida, ir à escola se tornou algo vazio ou rotineiro. E agora, a pandemia de COVID-19 acelerou a interrupção da educação, pois crianças e jovens e adultos foram forçados a aprender em casa.

No pensar, junto com os coletivos caiçaras, de como o aprendizado poderia ser, descobriu-se que a plataforma *TikTok* oferece alguns insights que poderiam dar suporte para uma formação escolar não somente para o consumo de conteúdos digitais, mas para a produção destes conteúdos. Como pesquisadora de educação e profissional de comunicação, acredito que a linguagem ativa pode promover o trabalho colaborativo em projetos, pessoais e comunitários.

No aplicativo, que está disponível nos mais diversos idiomas, os autores podem fazer uma variedade de vídeos demonstrando a cultura caiçara, desde dicas de culinária a movimentos de dança e habilidades naturais.

Assim, como o *TikTok* pode se tornar uma plataforma de aprendizado tão popular?

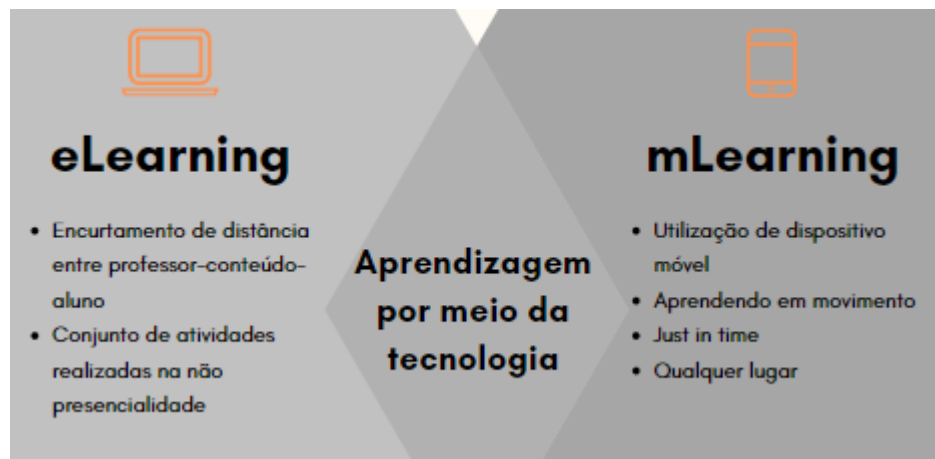
⁵ Setembro de 2021, segundo resultadosdigitais.com.br

Este produto de aplicabilidade pedagógica tem por objetivo apresentar, a partir da experiência vivenciada, um itinerário de desenvolvimento para a produção pedagógica de vídeos.

Para utilizar uma ferramenta para fins educacionais é preciso ter em mente o diferencial das demais ferramentas e pensar no seu propósito, como será incluída no planejamento, no movimento, do tema a ser trabalhado.

Vê-se, neste sentido, a possibilidade de não ser um material estático, de permitir ações, de estar e andar com o conteúdo para onde for.

Figura 14: Modalidades de ensino - TikTok



Fonte: a autora (2021)

O que aqui se propõe não é, em absoluto, considerar o *TikTok* como um *Learning Management Systems* (LMS), mas indicar que pode ser uma ferramenta certa para vários processos, sendo uma solução acessível que pode fornecer aos alunos a capacidade de adequar a aprendizagem ao seu estilo de vida.

Não há dúvidas que hoje em dia, os alunos estão bem familiarizados com o uso de smartphones, permitindo que mantenham contato e discutam assuntos relacionados a uma determinada área, ao mesmo tempo em que proporcionam um senso de comunidade.

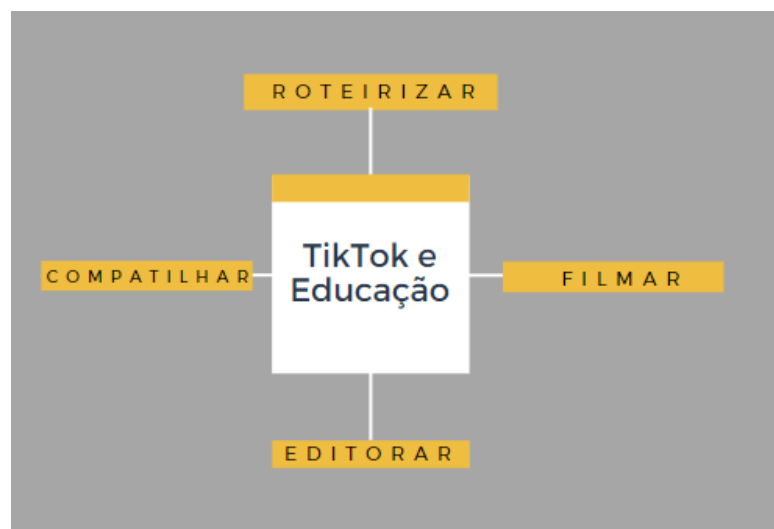
Durante a pesquisa, foi percebido que este tipo de acesso, em especial para comunidades não centrais, como as caixas, é necessário ter as tecnologias disponíveis para tornar-se um modo empolgante para acessar o conteúdo, devendo ser atualizado rapidamente para fornecer informações mais recentes, com as vantagens de custos baixos e a possibilidade de estudarem em seu próprio tempo e espaço.

Apesar da ferramenta poder ser utilizada dentro da escola, dentro da sala de aula, vê-se sua potencialidade como fonte de *m-learning*, enquanto estratégia de autoaprendizagem que usa conteúdo digital por meio de dispositivos móveis, a partir de interações sociais 24 horas por dia, 7 dias por semana. Com a possibilidade de facilitar a criação de resolução de problemas e habilidades sociais(afetivas).

Em uma abordagem de *m-learning*, cobrir conteúdos é geralmente uma tarefa breve e direta, podendo dividir as áreas completas do conhecimento em pequenas seções para facilitar o processo de aprendizagem.

Neste sentido, pensa-se que itinerário de desenvolvimento para a produção pedagógica de vídeos poderia acolher os seguintes passos, explicitado na figura 16: roteirizar, filmar, editar e compartilhar:

Figura 15: Itinerário de produção pedagógica - *TikTok*



Fonte: a autora (2021)

Os criadores são capacitados: a educação tradicional tem se concentrado em instituições que limitam e controlam o acesso aos professores, regulando sua relação com seus alunos. Em contraste, o *TikTok* foi projetado para tornar mais fácil para qualquer pessoa ser um criador de vídeo, compartilhar informações e encontrar um público.

Passo 1 – Roteirizar

Ser professor hoje exige novas abordagens pedagógicas e tecnológicas para o uso de tecnologias digitais para a aprendizagem.

O desafio é criar ambientes de aprendizagem envolventes e de apoio e oportunidades que estimulem, aprofundem e transformem a aprendizagem dos alunos. Esses ambientes devem incorporar o uso contínuo das tecnologias digitais que os alunos usam de forma onipresente em suas vidas diárias.

Neste sentido, o planejamento da prática docente deve levar em consideração a infraestrutura e as tecnologias atualmente disponíveis, as tecnologias contemporâneas e emergentes e articular estratégias instrucionais apropriadas que apoiam a aprendizagem e o ensino aprimorados.

O planejamento também deve garantir que saibam como usar as tecnologias digitais e os serviços *online* de forma eficiente e responsável, aprendendo como se proteger e proteger os outros e seus dados.

Perante esta perspectiva, existem algumas bases que, em torno das estruturas e modelos pedagógicos, podem apoiar o planejar a prática, referentemente ao que se pede no currículo, para usar o *TikTok*, aqui destacar-se-á duas: SAMR e TPACK, conforme figura 17:

Figura 16: TikTok - Roteirizar



Fonte: a autora (2021)

O modelo “SAMR” é uma estrutura que categoriza quatro graus diferentes de integração de tecnologia em sala de aula. As letras “SAMR” significam Substituição, Aumento, Modificação e Redefinição (PUENTADURA, 2012).

Criado para compartilhar uma linguagem comum entre as áreas do conhecimento, enquanto os professores podem personalizar a aprendizagem e ajudar os alunos a visualizar conceitos complexos.

Modelo este que pode ter destaque para aulas remotas e híbridas, sendo experiências mais integrada para educadores e alunos.

Para Romrell, Kidder e Wood (2014), à medida que os dispositivos móveis se tornam mais proeminentes na vida dos alunos, seus usos têm o potencial de transformar, a realidade, a experiência, o que se aprende. Ou seja, definem como a aprendizagem personalizada, situada e conectada.

Conforme as atividades são desenvolvidas, há uma necessidade de uma estrutura dentro da qual possam ser avaliadas. O modelo SAMR (PUENTADURA, 2006), assim, pode ser um norte para fornecer essa estrutura.

Atividades de aprendizagem transformacional que são personalizadas, situadas e conectadas por meio do uso de um dispositivo móvel irá além de simplesmente usar um substituto para ferramentas mais tradicionais. O modelo SAMR pode ser usado para classificar e avaliar as atividades do *m-learning*, que poderiam vir ao encontro do da perspectiva do uso do *TikTok* nos seguintes aspectos descritos na figura 18:

Figura 17: SAMR



Fonte: Puentadura, 2006 em <http://caixaexperiencias.blogspot.com/2015/05/o-modelo-samr.html>

- Substituição: a tecnologia fornece um substituto para outras atividades de aprendizagem;

- Aumento: A tecnologia fornece um substituto para outras atividades de aprendizagem, mas com melhorias funcionais;
- Modificação: A tecnologia permite que a atividade de aprendizagem seja redesenhada;
- Redefinição: A tecnologia permite a criação de tarefas que não poderiam ter sido realizadas sem o uso da tecnologia (PUENTADURA, 2013).

Nesta linha, Romrell, Kidder e Wood (2014) organizaram um quadro de exemplos de pesquisas que envolvem cada base desta proposta, conforme mostrado no quadro 01:

Quadro 1: SAMR

S	A	M	R
Substituição	Aumento	Modificação	Redefinição
"A eficácia de mLearning na forma de revisão de podcast em Palestras na Superior Educação " Evans (2008)	"Empoderando a Enfermagem - o efeito de materiais de aprendizagem entregue por Serviço de mensagens curtas Chuang e Tsao (2013)	"Empoderamento de dispositivos móveis E-Learning Social Assistido: Alunos ' Expectativas e Percepções " Cornelius (2011)	"Usando dispositivos móveis baseados em realidade aumentada- Material de Aprendizagem em Inglês EFL" Liu e Tsai (2013)
"Vídeo para celular Recurso de gravação como Aprendizagem de línguas Ferramenta: um estudo de caso. Gromik (2012)	Aprendizagem em era do telefone celular: telefone celular Dispositivos em um Field Trip pare ou mar" Pfeiffer (2009)	"SMS de mensagens de texto para tempo real Simulações no Superior Educação" Wang, Yu e Wu (2013)	"Novas estratégias usando Aumentado portátil Realidade e celular Aprendizagem- Ensino Metodologias" Redondo, Fonseca, Sánchez, e Navarro (2013)

Fonte: Romrell, Kidder e Wood (2014)

Ao analisar esta questão, é possível verificar que a integração da tecnologia no planejamento de aulas mais interativas é uma habilidade importante que os professores precisam adquirir para aprofundar e apoiar a realização de suas aulas com as perspectivas dos seus alunos.

Selecionar a melhor ferramenta de tecnologia pode ser desafiador, no entanto, os professores enfrentam mais dificuldades para integrar a tecnologia de forma eficaz em suas salas de aula. Para Aldosemani (2019), oferecer aulas únicas é ineficaz, pois

se baseia na ideia de que o único desafio que os professores enfrentam é a falta de conhecimento de práticas pedagógicas eficazes.

Assim, apresenta em seus estudos um programa de formação profissional que foi planejado e implementado, com base no SAMR, como uma iniciativa para atender às metas de seu país, Turquia, bem como para melhorar o desempenho e as práticas dos professores. Iniciativa, esta, chamada de *Smart Teachers 2030*, a qual foi planejada para incentivar a integração dos professores de estratégias inovadoras usando a tecnologia, apoiando-os para substituir as estratégias educacionais tradicionais por uma variedade de ferramentas e aplicativos da Web, a qual aqui pode-se, efetivamente, relacionar com o *TikTok*.

Já o *Technological Pedagogical And Content Knowledge* (TPACK) (MISHRA e KOEHLER, 2006) pode ser tido como um norte para o conhecimento dos professores mais situado, estruturado por eventos e episódios, assim como *TikTok* explora.

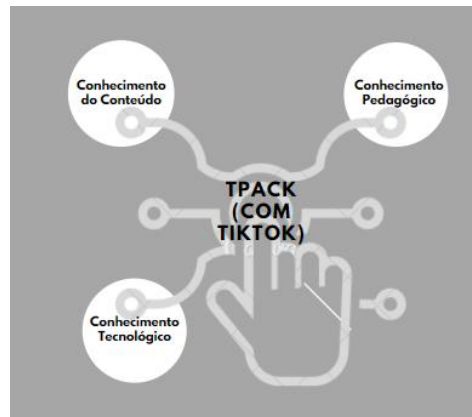
Os conhecimentos da tecnologia, da pedagogia e do conteúdo, juntos, criam uma forma de conhecimento educacional profissional prático, composto de conteúdo curricular simultâneo e interdependente, pedagogia geral e compreensão tecnológica dos professores, segundo Harris e Hofer (2009).

Com base no conhecimento do conteúdo pedagógico de Shulman (1987), Mishra e Koehler (2006) projetaram explicitamente a estrutura TPACK, que inclui a tecnologia como um terceiro domínio de conhecimento, junto com conteúdo e pedagogia.

Fechando esse quadro pode-se dizer que o aplicativo *TikTok* é um instrumento voltado ao cenário educacional se projetado as publicações para esta área. Ainda pode-se ressaltar com segurança que o aplicativo carrega o benefício de ser rápido, moderno e viral. Este último item deve ser destacado por ser ele a principal chave para que o alcance do material a ser divulgasse não seja apenas para quem tem contato direto, mas sim pelos compartilhamentos, é o seu público divulgado o vídeo ao público dele e sequencialmente.

O que aqui é proposto é a utilização desta base como medidas de autorrelato, questionários abertos, avaliações de desempenho, entrevistas e observações, tudo isto em vídeos curtos, interativos e de fácil compreensão usando o aplicativo, aqui demonstrado na figura 19.

Figura 18: TPACK (com *TikTok*)



Fonte: a autora (2021)

Assim, a intenção é fornecer uma fonte que examina de perto os resultados da autoria e propagação da sala de aula, para além dos muros da escola.

Para o planejamento, expressar o conhecimento em ação de maneiras pragmáticas é situado, contextualmente rotinizado e baseado em atividades reais (WANG, SCHMIDT-CRAWFORD e JIN, 2019). O desenvolvimento do TPACK para a roteirização de vídeos dos professores, portanto, pode ser entendido a partir da pesquisa sobre o conhecimento dos docentes e o planejamento educacional para formar uma abordagem à integração de tecnologia baseada em currículo que se baseia na combinação de tipos de atividades com suporte tecnológico dentro e em taxonomias de tipo de atividade com chave de conteúdo.

Passo 2 – Filmar

“Uma educação visual pode ser uma panacéia para a miséria e o sofrimento” (DRUICK, 2011).

Segundo o autor, em tempos pós-guerra, o novo panorama da comunicação internacional pelos meios de comunicação de massa assumiu muitas formas neste período, começava, aí, o encurtamento de tempos e de distâncias.

Em 2021, os vídeos para este aplicativo é um tipo de produção que se esforça para atingir o tema que aborda em um curto espaço de tempo e, portanto, arranja sua estrutura de forma impressionante, vindo ao encontro do que Kabadayi (2012) explicou sobre as funções de filmes curtos na educação.

A utilização deste recurso para o uso educacional, sobretudo, produzido pela própria comunidade educacional, pode ser eficaz em todos os campos da vida em virtude de seus poderes audiovisuais e o filmar é uma delas (figura 20).

Figura 19: *TikTok* - Filmar



Fonte: a autora (2021)

Além do uso fins de entretenimento, seu papel educativo pode ser realizado; e utilizando enquanto expressão visual em uma perspectiva educação expandida, oferecendo um campo de estudo livre por sua estrutura.

Viu-se durante o estudo que os vídeos podem ser caracterizados como explicativos, experimentais, de animação, etc.

Nesta perspectiva, não é possível descrever esta base sem lembrar o fato de que as tecnologias de filmagem se tornaram mais baratas, práticas, câmeras de celulares se espalharam, sendo uma produção de filmes disponível para grandes massas.

Os vídeos podem, a partir de uma roteirização pedagógica e significativa, pode melhorar a compreensão. Isso permite ao aluno lembrar os temas e a criar riqueza de expressão, apoiando o pensamento criativo.

Graças ao seu tempo, a filmagem é criada, de forma breve e econômica, e isso fornece foco no assunto desejado. O fato de os alunos acostumar-se a pensar com imagens visuais e móveis sobre o assunto intensifica o conhecimento.

O poder de observação aumenta graças à participação ativa, o que poderá prover a habilidade do aluno em avaliar as relações humanas, interpretar o mútuo interação das relações indivíduo-sociedade e estabelecer a relação de causa e efeito aumenta.

A filmagem, realizada tanto por professor, quanto por alunos é uma ideia a ser trazida pela participação ativa. Não esquecendo as noções de trabalho em grupo, assumindo responsabilidades, cumprindo responsabilidades e experimentando funções ao organizar cenários, sons, movimentos.

Além disso, um vídeo pode, inclusive, ajudar a exemplificar a forma como o assunto é utilizado, para inferir e estabelecer conexões com o que foi ensinado antes.

Existem algumas desvantagens ou limitações para conduzir tais vídeos e podem ser listados da seguinte forma:

- Falta de acesso e deficiências técnicas;
- Falta de conexão do que foi roteirizado e as limitações significativas reais, como tempo e espaço;
- Falta de tempo de refazer.

Passo 3 – Editorar

O terceiro eixo deste produto aborda as habilidades que um professor deve desenvolver para enfrentar um processo de integração, ou seja a organização final de como o vídeo será disponibilizado, a editoração é mais um passo de ter-se o professor como autor de seu conteúdo.

Neste eixo, o caminho para a integração das tecnologias requer tempo, resiliência e conhecimento do público e da plataforma que será disponibilizada o conteúdo.

Para isso, é suposto uma sequência de níveis pelos quais o professor deve passar em seu desenvolvimento autoral, de forma a integrar: - destaque ao tema abordado; - ritmos, movimentos compassados com os templates a serem utilizados; - temporização e cortes do que foi filmado; - estética e identidade visual como caminho e critérios a serem considerados; - sentir-se pertencente ao contexto do que a plataforma disponibiliza e isto se faz no editorar (figura 21).

Figura 20: *TikTok* - Editorar

Fonte: a autora (2021)

Pensar no professor não apenas como consumidor, mas também como produtor de conteúdo é um domínio de pesquisa interdisciplinar emergente que busca melhorar a avaliação educacional, o ensino e a aprendizagem dos alunos por meio de multimeios e múltiplas linguagens.

Os professores foram retratados na literatura como usuários de dados pré-construídos em tecnologias educacionais, com pouca consideração dada a eles como produtores ativos.

Esta pesquisa apresentou os resultados nos quais professores tiveram acesso a dados e tecnologias para explorar questões relacionadas além dos ambientes de sala de aula e escolar.

A análise mostrou que, se possível, é possível integrar os meios de comunicação às experimentações, superando uma série de barreiras relacionadas à formação da linguagem docente atualmente; e que o apoio da comunidade participante, além do apoio de profissionais de diferentes áreas, é vital para os programas com foco no professor.

Este estudo adiciona a um pequeno, mas crescente corpo de pesquisa educacional e pesquisa prática ao considerar os professores como produtores e não apenas consumidores dos conteúdos das suas áreas.

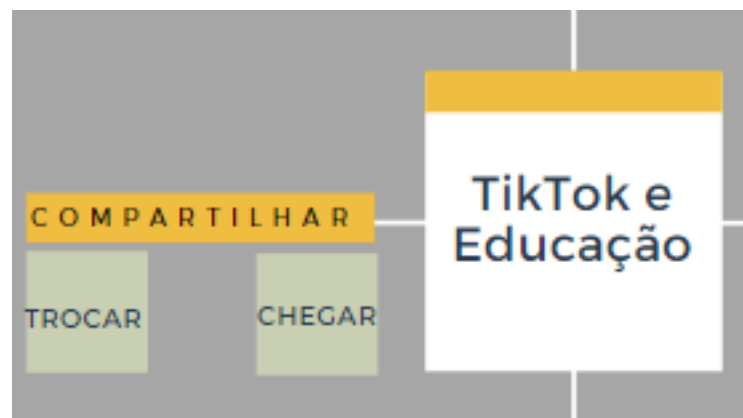
Passo 4 – Compartilhar

Segundo Ismail, Xianzhong, Wood e Welch (2013), o mundo testemunhou que o conhecimento se tornou um recurso ativo e valioso em uma nova economia, que exige que as pessoas não apenas criem conhecimento, mas também alcancem, apliquem e compartilhem conhecimentos de maneira eficaz.

Neste sentido, o compartilhamento do “que é” ou “como se faz” é visto como uma atividade natural nas redes sociais, especialmente em relação ao que deveria ser sua atividade principal, ou seja, o ser.

Ao destacar o *TikTok* como uma plataforma educacional, enfoca-se a natureza do compartilhamento explorando dois aspectos: “o que” e “quando compartilhar” (figura 22).

Figura 21: *TikTok* - Compartilhar



Fonte: a autora (2021)

É preciso verificar a abordagem qualitativa tem sido empregada a fim de obter uma compreensão e percepções aprofundadas sobre este fenômeno, seu impacto perante o tema abordado e a relevância deste tema abordado.

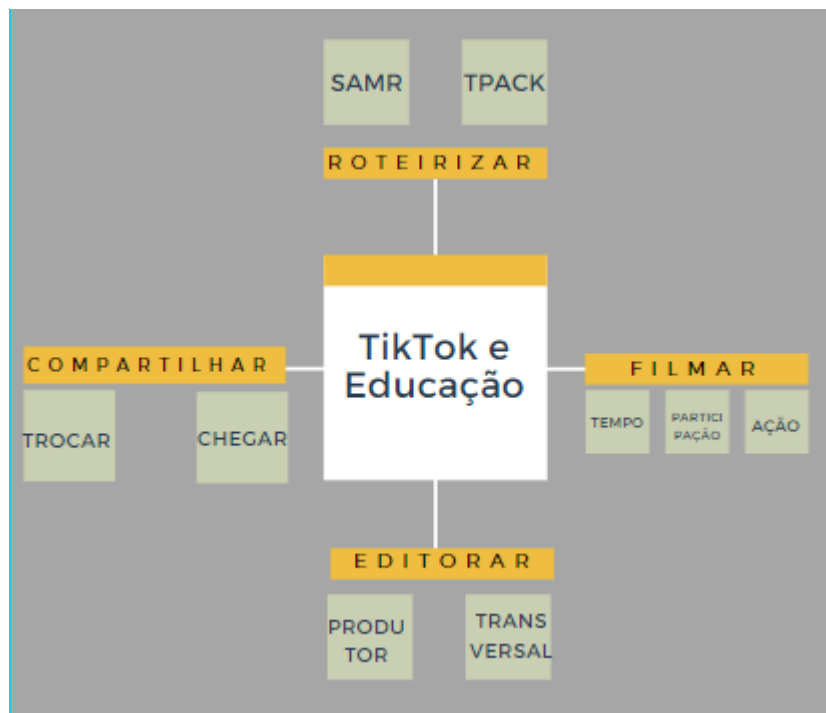
Este produto sugere que a forma como o conteúdo é compartilhado não segue, e tampouco deveria, um padrão único.

É importante descrever que é preciso formar os professores, dando-lhes um norte independente de suas instituições e uma nova maneira de encontrar seus alunos onde eles estão.

Nesta perspectiva, existe uma (re) visita ao termo influência, dando aos alunos e professores a possibilidade de incorporar o que estão trabalhando de uma forma convincente que lhes dá influência, uma demonstração de domínio ou reconhecimento em comparação com o que antes era feito e conquistado.

Neste sentido, o presente da aprendizagem é social. O *TikTok* é uma ferramenta para a educação porque é uma plataforma de trocas, de escuta, de ser e de estar, uma rede social e sua base pedagógica está nos quatro pontos descritos do itinerário da figura 23:

Figura 22: *TikTok* – Itinerário pedagógico completo



Fonte: a autora (2021)

O presente trabalho forneceu, assim, uma visão geral das redes sociais e apresentou um estudo que as integra com o objetivo de construir um senso de comunidade, melhorar as comunicações e interações e promover a colaboração centrada no aluno.

Percebeu-se que a Internet alterou muitas das relações de poder tradicionais na educação. Tarefas que foram anteriormente o domínio do corpo docente está agora sob o controle dos alunos, em busca de informações,

Ao destacar a análise de como a internet está impactando as atividades pedagógicas em comunidades tradicionais como a caiçara, verificou-se que cria espaços de interação, formando redes de aprendizagem, e assim por diante. Por meio do *TikTok*, especificamente, podem acessar o conteúdo em todo o mundo.

Assim, com o uso das mídias sociais, os alunos são capazes de se envolver e interagir uns com os outros e, diretamente, com pesquisadores e professores.

Durante a pesquisa notou-se o impacto da autonomia, abordando a necessidade contínua de fornecerem suporte, ou seja, dar condições de acesso: acesso à internet, aos meios, com o qual têm maior controle.

Ao discutir o amplo impacto das redes, indo além do ensino e da aprendizagem para abordar novos modos de crescimento do conhecimento. Poderia, assim, relacionar que o conhecimento é uma nova entidade em redes de informação?

De acordo com Siemens (2011), a natureza do conhecimento em si não mudou. Em vez disso, como consequência da participação em redes, os indivíduos estão começando a descobrir o valor da incerteza e da fluidez do conhecimento.

A experiência de fluidez do conhecimento está relacionada à jornada do indivíduo e não necessariamente para os atributos de conhecimento.

Assim, viu-se que a distinção entre conhecimento pessoal e conhecimento dentro de um domínio particular é aquela que promete diálogo.

Os professores passaram a lidar com um novo desafio, reter a atenção do aluno.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Germano, CREMONEZE, Cristina e BUENO, Luiz Eduardo Canto de Azevedo. Ensino de História e Cultura Indígena. Editora Intersaberes.
- ALMEIDA, Alberto Carlos, *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2013.
- AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Somos 1994.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília MEC, 1996.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- CARBONELL, Jaume. A Aventura de Inovar a Mudança na Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- CARBONELL, Jaume. Pedagogia do Século XXI. Rio Grande do Sul: Penso, 2016
- EMERY, Edwin. *A História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda, 1965.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GADOTTI, Moacir. A Escola dos Meus Sonhos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2018.
- GONZAGA, Carlos, DENKEWICZ, Patricia, JULIAO, Rui, Conservação, comunidades locais e território: natureza para quem? **Geosul**. 36 (79), 2021, pp 372-392.
- HERIVELTO, Moreira e CALAFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia de Pesquisa para o Professor Pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- KOTSCHO, Ricardo. *A Prática da Reportagem*. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- MATOS, Carolina. Mídia e Política na América Latina: globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- MISHRA, Punya; KOEHLER, Matthew J. Technological pedagogical content knowledge: A framework for teacher knowledge. *Teachers College Record*, 108(6), 1017-1054, 2006.
- MOSÉ, Viviane. *A Escola e os Desafios Contemporâneos*. Editora Civilização Brasileira, 2013
- Nor Ashmiza Mahamed Ismail & Mark Xianzhong Xu & Michael Wood & Christine Welch, 2013. "**To share or not to share? Research-knowledge sharing in higher education institution: preliminary results,**" *International Journal of Information Technology and Management*, Inderscience Enterprises Ltd, vol. 12(3/4), pages 169-188
- O LIVRO DA FILOSOFIA. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo Livro, 2016.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A Construção do Discurso de Sedução em um Jornal Sensacionalista*. São Paulo: Editora Annablume, 2001.
- PRENSKY, Marc. *Nativos Digitais, Imigrantes Digitais*. 2001.
- PUENTEDURA, R. (2006). **Transformation, Technology, and Education**. Retrieved 25th September, 2021, from <http://hippasus.com/resources/tte/>
- PUENTEDURA, R.R. (2012). **The SAMR model: Background and exemplars**. Retrieved from <http://www.hippasus.com/rrpweblog/archives/000073.html>
- SACHS, L., BAILÃO, T. M., FOGAÇA Carvalho, D. (2021). Problematizações sobre a delimitação entre rural e urbano e suas implicações na educação. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, 6, e10709.2021. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10709>
- SHULMAN, Lee S. Knowledge an Teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*. v. 57, n.1, p. 1- 22, fev. 1987.
- SIEMENS, George; WELLER, Martin (coord.). "The Impact of Social Networks on Teaching and Learning" [online monograph]. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*. Vol. 8, No 1,2011, pp. 164-170
- SODRÉ, Muniz. *Televisão e Psicanálise*. São Paulo: Afiliada, 2000.
- VIEIRA, Jadir. *A arte da Guerra: e as dez táticas mais eficazes da Antiguidade*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- WUNSCH, Luana Priscila; MACHADO, Dinamara P.; JUNGES, Kelen dos Santos. A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: diferentes olhares sobre a formação do professor em contexto escolar. **Ensino & Pesquisa**, [S.l.], dez. 2016. ISSN 2359-4381.

Apêndices

APÊNDICE I – FOTOS



Anexos

<https://direito.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>

Legislação geral sobre comunidades tradicionais

Legislação

Internacional

Normas de proteção aos territórios tradicionais como bens culturais:

A matéria vem sendo tratada pelas normas internacionais que, com grande consistência de fundamentos e de validade, estabelecem mecanismos de proteção jurídica aos diversos elementos culturais, materiais e imateriais, que compõem o testemunho da intervenção humana sobre a natureza. Tais normas foram internalizadas pelo sistema jurídico brasileiro e são referidas, em síntese, nas linhas seguintes.

a) Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada pelo Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 77 de 30 de junho de 1977 –

• Estabelece mecanismos de reconhecimento e proteção de estruturas com destacado interesse para a humanidade.

b) Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Com os seguintes destaques:

• Busca criar um instrumento internacional vinculante tratando especificamente dos direitos dos povos culturalmente tradicionais. Esta Convenção se aplica aos povos em países independentes que apresentem condições sociais, culturais e econômicas distinguindo-se de outros segmentos da população nacional. A auto-identidade das populações indígenas ou tribais é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como

critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos. Isto é, nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal como tal ele próprio se reconheça. Os conceitos básicos, pelos quais se norteia a interpretação das disposições da Convenção, são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito destes povos de decidir sobre suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.

- A Convenção reconhece o direito de posse e propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda destes direitos em relação à terra e ao território que as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam coletivamente.

c) Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994.

Tal instrumento, dentre outros dispositivos, prevê:

- Respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas: alínea j do artigo 8;

- Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com as práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável: alínea c do artigo 10.

d) Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, com Instrumento de Ratificação depositado pelo Brasil em 16 de janeiro de 2007, entrou em vigor internacional em 18 de março de 2007), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006, que, em síntese, direciona-se a:

- Respeitar e proteger os sistemas de conhecimentos tradicionais, bem como

reconhecer a contribuição desses conhecimentos para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer a sinergia entre a ciência moderna e os conhecimentos locais, e, ainda, prevê a integração da cultura nas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, nesse marco, fomentar aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (artigo 13). Tem como principais objetivos:

- proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
- fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
- promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
- reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;
- reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;
- fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais.

e) Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003) ,

promulgada pelo Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 22, de 01 de fevereiro de 2006, amplia a esfera de proteção de acervos culturais também no plano imaterial.

Legislação

Brasileira

A Constituição de 1988 passa a tratar a cultura e os bens culturais de forma mais aprofundada, destinando uma seção específica ao assunto, reconhecendo e protegendo o pluralismo cultural e a diversidade de valores dos grupos étnicos integrantes do nosso “processo civilizatório”. Prevê o artigo 216 da Constituição Federal:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Assim, pode-se concluir que a ordem constitucional vigente se insere no contexto do reconhecimento do multiculturalismo e lança-se na difícil tarefa de buscar proteger todos os processos acumulativos dos diferentes grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória que formam o patrimônio cultural brasileiro.

A primeira regulamentação infraconstitucional referente veio com o Decreto de 27 de dezembro de 2004. Revisto e revogado esse Decreto foi substituído pelo Decreto 13 de julho de 2006 resultado do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituindo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais

A par de uma malha normativa internacional e do conjunto de regras, preceitos e princípios constitucionais já mencionados, no campo legislativo em sentido estrito, merece destaque o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenada pela comissão nacional, preconizando que os territórios tradicionais são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária. Estabelece como objetivo geral o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Tem como objetivos específicos:

- a garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica (inciso I do artigo 3º);
- a solução e/ou minimização dos conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em seus territórios tradicionais e o estímulo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (inciso II do artigo 3º);
- garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos: inciso IV do artigo 3º.

Um outro passo importante na construção das políticas públicas de inclusão social das comunidades tradicionais veio com a Lei 10. 558 de 13 de novembro de 2002, a qual cria o Programa Diversidade na Universidade. O programa tem o intuito de implementar e avaliar estratégias para a promoção de acesso ao ensino superior dos grupos historicamente de desfavorecidos, especialmente aos afrodescendentes e indígenas brasileiros.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/07/2020 | Edição: 129 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui medidas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas, prevê ações de garantia de segurança alimentar, dispõe sobre ações relativas a povos indígenas isolados e de recente contato no período de calamidade pública em razão da Covid-19, estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19 e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

§ 1º Estão abrangidos pelas disposições desta Lei:

I - indígenas isolados e de recente contato;

II - indígenas aldeados;

III - indígenas que vivem fora das terras indígenas, em áreas urbanas ou rurais;

IV - povos e grupos de indígenas que se encontram no País em situação de migração ou de mobilidade transnacional provisória;

V - quilombolas;

VI - quilombolas que, em razão de estudos, de atividades acadêmicas ou de tratamento de sua própria saúde ou da de seus familiares, estão residindo fora das comunidades quilombolas;

VII - pescadores artesanais;

VIII - demais povos e comunidades tradicionais.

§ 2º As disposições desta Lei não excluem outras formas de proteção aos indígenas, aos quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais por ações governamentais direcionadas à prevenção e ao enfrentamento dos efeitos da Covid-19.

Art. 2º Os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os pescadores artesanais e os demais povos e comunidades tradicionais serão considerados como grupos em situação de extrema vulnerabilidade e, portanto, de alto risco e destinatários de ações relacionadas ao enfrentamento de emergências epidêmicas e pandêmicas.

Art. 3º Todas as medidas e garantias previstas nesta Lei levarão em consideração a organização social, as línguas, os costumes, as tradições e o direito à territorialidade dos povos indígenas, nos termos do art. 231 da Constituição Federal, das comunidades quilombolas, nos termos do § 5º do art. 216 da Constituição Federal e do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dos pescadores artesanais e dos demais povos e comunidades tradicionais.

CAPÍTULO II

DO PLANO EMERGENCIAL PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19 NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Art. 4º Fica criado o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas (Plano Emergencial), com o objetivo de assegurar o acesso aos insumos necessários à manutenção das condições de saúde para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19, bem como para o tratamento e a recuperação dos infectados, com observância dos direitos sociais e territoriais dos povos indígenas.

Art. 5º Cabe à União coordenar o Plano Emergencial e, conjuntamente com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as demais instituições públicas que atuam na execução da política indigenista e com a participação efetiva dos povos indígenas por meio de suas entidades representativas, executar ações específicas para garantir, com urgência e de forma gratuita e periódica, as seguintes medidas, entre outras:

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - participação de Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSIs) qualificadas e treinadas para enfrentamento à Covid-19, com disponibilização de local adequado e equipado para realização de quarentena pelas equipes antes de entrarem em territórios indígenas, bem como de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e suficientes;

IV - acesso a testes rápidos e RT-PCRs, a medicamentos e a equipamentos médicos adequados para identificar e combater a Covid-19 nos territórios indígenas;

V - organização de atendimento de média e alta complexidade nos centros urbanos e acompanhamento diferenciado de casos que envolvam indígenas, com planejamento estruturado de acordo com a necessidade dos povos, que inclua:

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) contratação emergencial de profissionais da saúde para reforçar o apoio à saúde indígena;

d) disponibilização, de forma a suprir a demanda, de ambulâncias para transporte - fluvial, terrestre ou aéreo - de indígenas de suas aldeias ou comunidades até a unidade de atendimento mais próxima, ou para transferência para outras unidades;

e) construção emergencial de hospitais de campanha nos Municípios próximos das aldeias ou comunidades com maiores números de casos de contaminação por Covid-19;

VI - (VETADO);

VII - transparência e publicização dos planos de contingência, notas e orientações técnicas, vigilância e monitoramento epidemiológico dos casos relacionados à Covid-19 em territórios indígenas;

VIII - (VETADO);

IX - elaboração e execução de planos emergenciais, bem como estabelecimento de protocolos de referência para atendimento especializado, transporte e alojamento dos indígenas;

X - estabelecimento de rigoroso protocolo de controle sanitário e vigilância epidemiológica do ingresso nas terras indígenas e nas aldeias ou comunidades, preferencialmente com a disponibilização de testes rápidos para as EMSIs, com o objetivo de evitar a propagação da Covid-19 nos territórios indígenas;

XI - adequação das Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casais) para as necessidades emergenciais de acompanhamento e isolamento de casos suspeitos, confirmados e de contatos com a Covid-19, garantindo medicamentos, equipamentos de proteção individual e contratação de profissionais;

XII - financiamento e construção de casas de campanha para situações que exijam isolamento de indígenas nas suas aldeias ou comunidades.

§ 1º Os comitês, comissões ou outros órgãos colegiados direcionados ao planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da Covid-19 no âmbito da saúde dos povos indígenas devem contar com a participação e o controle social indígena e de suas instâncias representativas.

§ 2º As medidas de isolamento e de quarentena de casos suspeitos de Covid-19 deverão considerar que os povos indígenas têm maior vulnerabilidade do ponto de vista epidemiológico e têm como característica a vida comunitária, com muitos membros convivendo em uma mesma moradia.

Art. 6º Nenhum atendimento de saúde ou de assistência social na rede pública pode ser negado às populações indígenas por falta de documentação ou por quaisquer outros motivos.

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º O atendimento de saúde aos indígenas residentes fora das terras indígenas e àqueles povos e grupos de indígenas que se encontram no País em situação de migração ou de mobilidade transnacional provisória será feito diretamente pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS), com as devidas adaptações na estrutura, respeitadas as especificidades culturais e sociais dos povos e observado o disposto nos §§ 1º-A, 1º-B, 2º e 3º do art. 19-G da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, com exceção daqueles de aldeias ou comunidades indígenas localizadas nas áreas urbanas, para os quais o atendimento será articulado pela União com o apoio da rede do SUS.

Parágrafo único. Para efeitos de comprovação documental, será aceito o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (Rani) ou o registro civil de nascimento com a identificação étnica expedido pelos cartórios de registro civil, conforme disposto na Resolução Conjunta nº 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 9º Considerada a abrangência prevista no § 1º do art. 1º desta Lei, fica instituída a garantia da segurança alimentar e nutricional aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia da Covid-19.

§ 1º (VETADO).

§ 2º A União disponibilizará remédios, itens de proteção individual e materiais de higiene e de desinfecção, observados os protocolos de proteção dos profissionais e dos povos indígenas, bem como as diretrizes do Plano Emergencial de que trata o Capítulo II desta Lei.

§ 3º Os atos de distribuição de cestas básicas e de outros produtos relacionados às medidas de enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas, nas comunidades quilombolas e nos territórios de pescadores artesanais e de povos e comunidades tradicionais serão preferencialmente realizados pelo Poder Público, com a participação das comunidades interessadas.

§ 4º A União garantirá suporte técnico e financeiro à produção dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos pescadores artesanais e dos demais povos e comunidades tradicionais e ao escoamento da produção daqueles prejudicados em função da Covid-19, por meio da aquisição direta de alimentos no âmbito dos programas da agricultura familiar, assegurando a infraestrutura e a logística necessárias, de acordo com cada região.

Art. 10. Serão simplificadas, para o enfrentamento à Covid-19, as exigências documentais para acesso a políticas públicas que visam a criar condições para garantir a segurança alimentar aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais.

§ 1º Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, quando a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem na mesma terra indígena, fica estendido o conceito de autoconsumo, dispensando-se o atesto dos órgãos de vigilância animal e sanitária.

§ 2º Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, se houver uma única pessoa jurídica na terra indígena e se a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem nessa mesma terra indígena, será dispensado o chamamento público.

§ 3º As Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pessoas físicas indígenas podem ser

substituídas pelas Certidões de Atividade Rural ou outros documentos comprobatórios simplificados que já sejam emitidos pelo órgão indigenista oficial.

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

CAPÍTULO IV

DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS OU DE RECENTE CONTATO

Art. 11. Nos casos dos povos indígenas isolados ou de recente contato, com o objetivo de resguardar seus direitos e de evitar a propagação da Covid-19, somente em caso de risco iminente, em caráter excepcional e mediante plano específico articulado pela União, será permitido qualquer tipo de aproximação para fins de prevenção e combate à pandemia.

Art. 12. A União adotará as seguintes medidas:

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - quarentena obrigatória para todas as pessoas autorizadas a interagir com povos indígenas de recente contato;

IV - suspensão de atividades próximas às áreas de ocupação de indígenas isolados, excetuadas aquelas de fundamental importância para a sobrevivência ou o bem-estar dos povos indígenas, na forma do regulamento;

V - disponibilização imediata de testes para diagnóstico da Covid-19 e de EPIs para todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) que atuam em áreas onde existam registros oficiais de povos indígenas isolados ou presença de povos indígenas de recente contato.

Art. 13. Fica vedado o ingresso de terceiros em áreas com a presença confirmada de indígenas isolados, salvo de pessoas autorizadas pelo órgão indigenista federal, na hipótese de epidemia ou de calamidade que coloque em risco a integridade física dos indígenas isolados.

§ 1º As missões de cunho religioso que já estejam nas comunidades indígenas deverão ser avaliadas pela equipe de saúde responsável e poderão permanecer mediante aval do médico responsável.

§ 2º A vedação de que trata este artigo não se aplica aos agentes públicos, desde que observados os parâmetros de segurança epidemiológica orientados pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde.

CAPÍTULO V

DO APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, AOS PESCADORES ARTESANAIS E AOS DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

Art. 14. Enquanto perdurar o período de calamidade pública em saúde decorrente da pandemia da Covid-19, serão adotadas medidas urgentes para mitigar os seus efeitos entre os quilombolas, os pescadores artesanais e os demais povos e comunidades tradicionais do País.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 15. Serão desenvolvidas ações emergenciais de saúde, sem prejuízo de outras, em prol das comunidades quilombolas, dos pescadores artesanais e dos demais povos e comunidades tradicionais, que incluam, no mínimo:

I - medidas de proteção territorial e sanitária, com a restrição de acesso a pessoas estranhas à comunidade, ressalvadas as de missões religiosas que já estejam atuando e os responsáveis pela prestação de serviços públicos devidamente credenciados, como profissionais da saúde e de demais órgãos públicos, visando a impedir a disseminação da Covid-19 e a circulação do coronavírus entre os quilombolas e os pescadores artesanais;

II - ampliação emergencial do apoio por profissionais da saúde, com ampla utilização de EPIs pelos profissionais envolvidos, além da garantia de testagem rápida para os casos suspeitos de Covid-19 nos quilombos ou em territórios de pescadores artesanais e de demais povos e comunidades tradicionais;

III - inclusão do quesito raça ou cor no registro dos casos de Covid-19, asseguradas a notificação compulsória dos casos confirmados entre quilombolas e sua ampla e periódica publicidade.

Art. 16.(VETADO).

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 17. A União poderá firmar convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para executar as medidas previstas nesta Lei, autorizados o ajuste de dotações e a transferência direta de recursos para os entes federativos.

Art. 18. (VETADO).

Art. 19. (VETADO).

Art. 20. Ressalvado o disposto no art. 18, os demais dispositivos desta Lei terão validade apenas enquanto vigorar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, nos termos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. As aquisições de materiais e serviços e as contratações em cumprimento a esta Lei deverão seguir os termos dos arts. 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Compartilhe: _

Publicado em 16/03/2021 14h45

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Dentre as iniciativas voltadas para o alcance desses objetivos, este Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, desenvolveu o Projeto “Oportunidade para todos”.

Oportunidade para todos

O Projeto “Oportunidade para todos” tem por objetivo a capacitação em empreendedorismo e cooperativismo e o aprimoramento de técnicas de agricultura familiar, para que os povos tradicionais possam, a partir dos conhecimentos adquiridos, desenvolver atividades produtivas que gerem trabalho e renda, promovendo igualdade étnico-racial e, ao mesmo tempo, preservando suas tradições culturais.

Esse projeto é realizado por meio de recursos próprios da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e com recursos de Emendas Parlamentares destinadas para sua execução.

Contato:

Departamento de Políticas Étnico-Raciais

SCS B Quadra 9 - Lote C - Torre A - Edifício Parque Cidade Corporate. Asa Sul. Brasília/DF. Cep: 70.308-200.

Telefones: (61) 2027-3380 E-mail: etnicoraciais@mdh.gov.br